



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

**PRESIDENTE: FELIPE BECARI**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 08/06/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestações simultâneas
- Falha na transmissão.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Há número legal. Na qualidade de membro da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher declaro abertos os trabalhos da 6ª Audiência Pública virtual do ano de 2021, convocada para hoje, 8 de junho de 2021, tendo como pauta debater o PL 813 de autoria do Vereador Rinaldi Digilio, que altera a Lei nº 14.435, de 19 de julho de 2007 para incluir no calendário da cidade de São Paulo a Semana Escolhi Esperar, que dispõe sobre a prevenção e conscientização da gravidez precoce e dá outras providências.

Essa é a segunda audiência pública desse projeto de lei, o que vai permitir que ele siga para plenário.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.saopaulo.leg.sp.br](http://www.saopaulo.leg.sp.br) em Auditórios On-Line, *link* Auditório Virtual, e também no canal do Youtube da Câmara Municipal de São Paulo. Aproveito para cumprimentar a todos os espectadores.

As inscrições para participação da audiência estão abertas no *site* da Câmara desde o dia 3 de junho de 2021 e cada inscrito terá até 3 minutos, em tese, para se manifestar.

Peço a todos os membros participantes que desliguem seus microfones quando não estiverem fazendo uso da palavra para que respeitemos a fala de todos e mantenhamos a qualidade de todos os áudios dos presentes.

Para esta audiência pública foram convidadas 9 pessoas e vou ler o nome e qualificação de cada uma delas. Akemi Scarlet Shiba, psicoterapeuta de orientação analítica de adultos, crianças e adolescentes; Cristiane da Silva Cabral, professora da Faculdade de Saúde Pública da USP; Cristiane Simões Bento de Souza, professora da Faculdade de Medicina da UFG - Universidade Federal de Goiás; Fernanda Chuster Pereira Honorio, Promotora de Justiça da Capital, representante da 1ª Instância; Dra. Ilana Ambrogi, pesquisadora da Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero; Juliana Felicidade Armede, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.; Maria Lúcia da Silveira, militante da Marcha Mundial das Mulheres de São Paulo; Thais Nascimento Dantas, membro

da Comissão de Direitos Infante-Juvenis da OAB – SP e Coordenadora do Núcleo de Direitos da Criança e Adolescente da Escola Superior de Advocacia de São Paulo; e Tiago de Melo Costa Pereira, professor do IFES e da UVV.

Gostaria de repetir que temos o pedido de duas Vereadoras da Casa que querem fazer uso da palavra: Sonaira Fernandes e Elaine do Quilombo Periférico. Por questão do nosso tempo, gostaria de saber se mais algum Vereador gostaria de fazer uso da palavra, que tenha chegado após a abertura da reunião? Vejo o Vereador André Santos *on-line*. Mais algum Parlamentar gostaria de fazer uso da palavra.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Sr. Presidente, alguns Vereadores querem, sim, fazer uso da palavra, mas só poderão ingressar na reunião a partir do meio-dia por causa das agendas. Não sei como a Mesa pode conduzir quanto a isso, agradeço Sr. Presidente em se preparar para essa situação que, de antemão, digo que acontecerá.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Perfeitamente. Como vamos começar aqui pelos convidados, como fizemos semana passada, creio que dará tempo de, assim que os Vereadores se conectarem, que a equipe da comissão nos avise, fique atenta, para que possamos confirmar o uso da palavra

- Manifestações simultâneas.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Peço a todos que desliguem seus microfones enquanto não forem fazer o uso da palavra, respeitem o tempo de fala, controle o seu próprio tempo de exposição, conseguimos ampliar hoje o número de participantes, por isso coloquei um outro horário da audiência, com duas horas a mais, para que todos consigam falar por mais tempo, aqueles que desejarem. E, claro, tenhamos principalmente respeitadas a isonomia e a democracia, dando oportunidade a todas as pessoas se pronunciarem. Obrigado.

Vou colocar um tempo muito razoável para que todos falem, com calma, que passem suas ideias. Permito-me alertá-los quando o tempo estiver acabando. Não me importa quem estiver falando, com toda vênias, claro, os Vereadores convidados, mas quando o tempo de um extrapola o tempo de outro, seremos obrigados a controlar, avisando um pouco antes.

Espero que todos construam seu raciocínio no tempo acordado, marque nos seus cronômetros e consigam finalizar em tempo hábil. Está bem? Agradeço.

Começarei, então, dando a palavra, por 5 minutos, ao Vereador Rinaldi Digilio que é o autor do projeto de lei para que possa defender seus argumentos, explicar o cerne da discussão ou mesmo algum ponto chave que ele ache deva ser debatido para que possamos, na sequência, dos seus 5 minutos, Vereador, iniciar com os convidados, dando a cada um deles, 6 minutos e, claro, esperando que todos cumpram o tempo que lhes for dado, nos permitindo, assim, atender a todos. Devo dizer, aliás, que temos, pelo menos, 35 munícipes inscritos e gostaria de privilegiar a todos com o tempo de fala previsto para cada um.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** - Vereador Rinaldi Digilio, cumprimento V.Exa. pelo projeto de lei e, a partir de agora V.Exa. tem 5 minutos para fazer suas considerações iniciais.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Vereadora Juliana Cardoso, pode falar, por favor.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Presidente, tive um entendimento de que iríamos fazer esse encontro, hoje, exatamente para você dar um tempo maior para cada um dos convidados. Mas em 6 minutos a pessoa não consegue fazer o que precisa ser feito. Então teria de ser de 15 a 10 minutos. Inclusive para o próprio autor o Vereador Rinaldi Digilio, pois acho que 5 minutos é muito pouco para que ele possa expor o raciocínio dele. Ele é o defensor do projeto de lei.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Sim, mas ele vai falar também um pouco mais à frente, inclusive. É um só um aporte inicial, para que ele possa se apresentar para os munícipes que estão *on-line*, conosco.

Essa conta, de 10 a 15 minutos, Vereadora, é incompatível. Não podemos começar a audiência às 5h da manhã e extrapolar demais. Se V.Exa. quiser gravar e postar na internet,

fique à vontade. Eu fiz uma conta aqui, e se eu for...

- Manifestações simultâneas.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Vereadora, estou fazendo uso da palavra, agora, eu estou falando.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Eu não terminei de falar.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Vereadora, já temos 10 minutos de audiência e V.Exa. já está aí gravando, ‘louca’ para editar e colocar na internet. Isso não vai acontecer.

- Manifestações simultâneas.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – O tempo que V.Exa. já está usando...

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Não desliguem meu microfone.

- Manifestações simultâneas.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Não desliguem meu microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Não vou desligar seu microfone, mas é seu jeito de militar, é assim que funciona, como V.Exa. mesmo disse, inclusive utilizando-se de ofensa, parte do bolsominion, coisas chulas, que eu não vou entrar nessa parte de qual tratamento dado à mulher e tal, como aconteceu semana passada, e eu nem curti essa publicação, pois não vou dar ibope para isso, porque eu tenho muito mais o que fazer e o que trabalhar. Então não fiz questão de ir lá, dar uma curtida, colocar na internet, militar, pois eu acho que para um público desse tamanho não vou dar moral nem perder meu tempo.

Se colocarmos dez minutos para cada um, só de convidados são 90 minutos, só de Vereadores são mais 90 minutos, e aí o público será desprestigiado e não vou fazer isso mais uma vez por razões óbvias de desordenar o tempo que temos. Portanto, serão 6 minutos para cada convidado, 6 minutos para cada Vereador, considerando que são 18, somando tudo, depois, pelo menos, de 2 a 3 minutos para munícipe e, claro, se sobrar um tempo poderemos dividir àqueles que mais quiserem fazer uso da palavra, inclusive V.Exa., com toda vênica do

mundo, tudo bem Vereadora?

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Não, não está tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Por uma questão de democracia eu fiz essa divisão.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Não está tudo bem, porque eu não terminei de falar, e concluir o meu raciocínio. Primeiro, eu gostaria que V.Exa. me respeitasse. Respeitasse a minha história, meu trabalho e meu mandato.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – V.Exa. está sendo respeitada.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Eu estou falando e, enquanto não te devolver a palavra, é o momento da minha fala, e no Regimento Interno, aqui da Câmara, eu posso falar, no meu tempo, do que eu quiser.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Está certo.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Quando eu lhe devolver a palavra, V.Exa. pode ficar aí, fazendo reclamações que, como Presidente V.Exa. tem de falar com todos os partidos, não tem de ficar falando que está numa democracia e ficar cortando as palavras...inclusive... as mulheres. Já não é de hoje que V.Exa. fica o tempo todo... ‘passa o moleque’ na gente, principalmente em mim. O que foi? Qual é o problema? Se não está conseguindo lidar com a Presidência da Comissão de Saúde, então, passe o bastão, meu querido. Passe o bastão!

Mas, hoje, nesta audiência pública, é uma audiência para conversar, inclusive, com os nossos convidados, que são os principais atores para poder debater o projeto. As pessoas estão aqui participando, mas eu tenho certeza de que, dos 35 boa parte não ficará chateada por conta da conversa, do diálogo de cada uma dessas pessoas que estão aqui, convidadas.

Eu quero ouvir raciocínio dos convidados do Vereador Rinaldi Digilio, eu quero ouvir o raciocínio dos outros convidados de outros Vereadores daqui e 5 ou 6 minutos não são suficientes. Então a audiência pública deve dar, no mínimo, dez minutos para cada convidado conseguir falar. Então V.Exa., por favor, me respeite. Pare de ficar falando coisas que são inverdades, está certo? Isso para que possamos fazer uma boa audiência pública.

Já é a segunda vez, dentro de uma audiência pública, que V.Exa. quer fazer isso comigo. Então me respeite para ser, inclusive, respeitado.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Pela ordem, Presidente.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Então, estou sugerindo que os Vereadores possam dar o tempo hábil de dez minutos para que as pessoas consigam finalizar seus raciocínios a contento para podermos debater o projeto.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Vereador Rinaldi, V.Exa. quer começar? Quer fazer uso da palavra?

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Sr. Presidente, por mim, tudo bem. Eu sei que dez minutos também não significa muita coisa, eu posso falar por uma hora, uma hora e meia sobre esse assunto, mas eu abro mão dos dez minutos para que todos possam se manifestar a favor ou contra. Só quero fazer uma breve entrada. Posso começar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Pode começar, Vereador, obrigado, e começamos a dar andamento à lista dos convidados.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Boa tarde a todos os colegas Vereadores, a todas as pessoas convidadas, a todos os participantes dessa audiência pública.

Sou o Vereador Rinaldi Digilio e sou proponente desse PL que visa conscientizar e prevenir a gravidez precoce. Já falamos muito, na última audiência e, mais uma vez, para mim, quero dizer que é um orgulho estar aqui defendendo esse projeto que é o PL 813/2019. Através dele é criada mais uma forma de prevenir a gravidez precoce, sem excluir, nem mesmo substituir, nenhum outro método já existente. Sabem por quê? Porque, segundo o estudo da Fundação Abrinq, 30% das mães precoces deixam a escola sem concluir nem mesmo o Ensino Fundamental.

De acordo com estudo da ONU, uma mulher que engravida na adolescência, ela tem três vezes menos chance de ingressar e se formar numa faculdade. O mesmo estudo aponta que as mulheres que têm filhos depois dos 20 anos ganham, em média, 573 dólares a

mais do que as que têm filhos antes disso. Esses dados são da ONU.

E outras referências provenientes do Ministério da Saúde mostram que, a cada hora, nascem 48 bebês de mães menores de 14 anos. A cada 30 minutos, uma menina de 14 anos torna-se mãe no nosso país. É uma das maiores taxas do mundo, mesmo com preservativos e anticoncepcionais. Todos os anos, estamos condenando quase 20 mil meninas de 14 anos a não entrar na faculdade e ainda a ganhar menos em termos salariais. Ou seja, uma ‘fábrica de pobres’ e, mesmo pedindo desculpas pela expressão, quero dizer que ela não é minha, é uma expressa utilizada pela ONU.

Quem é contra a qualquer nova forma de orientar e educar os adolescentes sobre o risco da gravidez precoce que é consequência de uma relação sexual igualmente precoce é também dono da ‘fábrica de pobres’. E eu repito, vou dizer, aqui, mais uma vez, quem criou essa expressão não fui eu, foi a ONU. Então não sejam intelectualmente desonestos nem desonestas. Digo isso, porque também sou pai, tenho três filhos, uma menina e dois meninos.

Depois, esses mesmos que são intelectualmente desonestos virão a plenário falar que querem auxílio emergencial, bolsa isso, bolsa aquilo, aborto, e até mesmo, pasmem: eutanásia. Mas na hora de somar mais esse método dentre todos os outros já disponíveis, é contra. “Ah, mas não dá resultado”, é isso que vão dizer para mim.

Nos EUA, porém, onde há investimento e políticas públicas para orientar os adolescentes a esperarem, a taxa de gravidez precoce é de 20% para cada mil meninas entre 15 e 19 anos. No Brasil, essa taxa é de 59%. E, vejam: a média mundial é de 42,4%, ou seja, nós estamos acima da média mundial. Daí vão dizer ainda para mim: “Os EUA é um país muito rico”. Então eu quero usar outro exemplo, é um país da África, Uganda, que é um país paupérrimo, a camisinha e todas as campanhas não diminuíram a AIDS significativamente em dez anos de estudo, no entanto, desde a aplicação de um programa de orientação, a taxa caiu de 12% da população infectada, para 5% nesses dez anos. Isso foi a maior queda histórica entre todos os países da África.

É isso, portanto: ou se escolhe adotar mais um método contraceptivo para

diminuirmos a nossa taxa de gravidez precoce, e pararmos de condenar nossas meninas a serem mulheres pobres e sem oportunidade, ou optam por matar uma vida no ventre com ventilador triturando um cérebro que está vivo, um coração que está batendo. E isso muitas pessoas desejam: o aborto, afinal, é isso que o aborto promove. E o aborto é o que muitas pessoas querem e defendem, e vão defender aqui nesta audiência.

Acredito muito no poder da educação e acho um absurdo alguém não acreditar no poder do ensino, do poder da educação. Então, este projeto de lei vem conscientizar por meio da educação e simplesmente falar assim: será que já é hora? Não estamos coibindo ninguém. Estamos vivendo em uma sociedade hedonista que vive a valorização do prazer sexual apenas. Quero dizer que na última audiência aqui esse projeto foi, de forma rasteira e baixa, levado para o campo da religião. É a mesma coisa se eu fosse fazer uma cirurgia e perguntasse qual é a religião do meu cirurgião, se ele é de uma religião que é contra a minha....

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Fiquei extremamente agredido, porque colocaram a religião e no projeto ninguém fala nada de religião. É um projeto de conscientização que qualquer educador poderia fazer orientando os meninos e as meninas. Acredito muito no poder da educação e da orientação.

Então, fica aqui, Sr. Presidente, essa minha fala inaugural. Este é um projeto que institui o programa *Escolhi Esperar*. Poderia ser outro título, como por exemplo *Chegou a Hora*. O título para mim é irrelevante. O projeto não fala nada de abstinência sexual, como muitas pessoas vão falar. Sobre a gravidez precoce. Então, aqui não vai falar nada de abstinência, mas chegou a hora? Esse é o momento? Então, é isso em que consiste a minha fala, de sorte para contribuir para a redução de sua incidência e esse PL dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, Vereador.

Vamos dar início aos convidados.

A primeira convidada é Akemi Scarlet Shiba. Está presente?

**A SRA. AKEMI SCARLET SHIBA** – Presente.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Juliana.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** - Sr. Presidente, eu inclusive mandei um requerimento em que as convidadas que chamei vão poder estar conosco às 13h porque elas dão aula. Como a audiência pública é no horário de trabalho, então, queria falar que a Sra. Cristiane da Silva Cabral, Taís Nascimento Dantas e Maria Lúcia – a Maria Lúcia está aqui, se não me engano – só vão poder estar presentes a partir das 13h.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Sem problemas.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Sr. Presidente, quero agradecer os convidados: Cristiane Simões Bento de Souza, Thiago de Melo Costa Pereira e a Dra. Akemi Scarlet Shiba. Parabenizo V.Exa., Sr. Presidente, pela condução da nossa audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, Vereador.

Vamos começar com a Akemi Scarlet Shiba, psicoterapeuta de orientação analítica de adultos, crianças e adolescentes. Bom dia e obrigada pela participação.

**A SRA. AKEMI SCARLET SHIBA** – Bom dia.

Bom dia e obrigado pelo convite. Este tema é muito importante. Sou psiquiatra da infância e adolescência. Tenho 25 anos de atuação na Psiquiatria.

Ao longo do último século, a puberdade está começando cada vez mais cedo, a menstruação cada vez mais cedo. É um fenômeno. O que a gente vem observando também junto isso é uma erotização das crianças, uma iniciação sexual bastante precoce. As ações que serão feitas ou não serão feitas vão ter repercussões nas próximas gerações e na sociedade como um todo e também na vida individual desse adolescente, desse jovem. Então, é bem importante.

Ao mesmo tempo que a maturação sexual está vindo mais cedo, a maturação neuronal cerebral tem o seu tempo. Então, o cérebro do adolescente, do púbere, passa por um

intenso neurodesenvolvimento de maturação que começa de baixo para cima e de traz para frente. A última área a ser maturada é o lóbulo pré-frontal. Essa região e onde se decide, é onde se julga, é onde se faz uma análise crítica. No adolescente essa região ainda está extremamente imatura. Então, iniciar uma vida sexual muito cedo é como se estivesse dirigindo um carro, não tem maturidade.

O que estamos vendo? As ações propostas para a conscientização, para evitar, para a prevenção da gravidez precoce fazem parte de ações complexas. Essas ações propostas pelo Vereador Rinaldi fazem parte da prevenção primária. A prevenção primária é quando ainda não aconteceu o problema, ainda não aconteceu a gravidez, ou seja, prevenir a gravidez. Isso pode ser no âmbito escolar, na comunidade. A prevenção secundária é quando a adolescente já engravidou e poder fazer o pré-natal adequado, poder ter acompanhamento, uma nutrição adequada. A prevenção terciária já é de um nível de complexidade maior que é quando já tem prematuridade, houve algum problema no parto ou há rejeição - a mãe não quer ficar com a criança -, então, são problemas mais complexos.

O que a gente está falando aqui é prevenção primária: para evitar que aconteça a gravidez precoce. O que acontece? Temos de empoderar essas meninas para que elas terminem os estudos, sejam independentes financeiramente, tenham sua profissão. Por quê? O que acontece? A menina que engravida na adolescência vai evadir da escola, vai ficar cuidando de criança, vai ficar dependente financeiramente do companheiro, será mais suscetível ao machismo porque vai ser dependente financeiramente, então ela vai ter de se submeter. Uma menina que termina os estudos e vai ter sua profissão e vai ser independente financeiramente é uma menina, uma mulher empoderada.

Então, é muito importante que possamos incentivar os estudos, estimular outras áreas, como artes, esportes. O adolescente precisa desenvolver o seu cérebro e existe um foco muito grande na nossa sociedade na erotização das crianças e dos adolescentes. Então, outra coisa que acontece, a menina que engravida, a adolescente que evade da escola faz parte daquela população dos nem-nem, nem trabalha e nem estuda. É uma parte da população que

não é economicamente ativa. Está trabalhando cuidando de criança, só que não é economicamente produtiva. Esta população está crescendo no nosso contingente de jovens – 1/4 são de meninas que engravidaram e estão cuidando de crianças.

As ações que serão feitas agora ou não serão feitas agora vão repercutir na sociedade, vão ter efeitos benéficos ou não. Então, não podemos nos omitir em relação a gravidez precoce. Então, um trabalho de conscientização para retardar a iniciação da parte sexual, quem já está com atividade sexual se precaver de gravidez e orientar essa camada da sociedade para que eles possam se desenvolver com todas as suas potencialidades e, futuramente concluir os estudos, terem uma vida profissional, terem vida plena e engravidarem no momento que tiverem planejado, uma família organizada com toda a estrutura.

Esse é o recado a respeito de o que precisamos fazer para repercutir nas futuras gerações.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Parabéns pela fala. Obrigado pelas considerações.

Então, agora, a Cristiane vamos pular a pedido da Vereadora Juliana.

Então, agora, mais uma Cristiane. Cristiane Simões Bento de Souza, professora da Faculdade de Medicina da UFG.

Bom dia. Seja bem-vinda a nossa audiência pública.

**A SRA. CRISTIANE SIMÕES BENTO DE SOUZA** – Bom dia e obrigada.

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, pela gentileza do convite. Sou professora de Pediatria na Faculdade de Medicina, na verdade, em duas faculdades, na UFG e na PUC e tenho mais de 10 anos em docência, de experiência tanto no atendimento de crianças e adolescentes - inclusive meu mestrado e doutorado foram em Saúde da Criança e do Adolescente -, como também no atendimento de crianças prematuras, no atendimento neonatal com experiência em unidades de terapia e de atendimento intensivo.

Nesse sentido, vim para trazer um olhar biológico sobre a condição da adolescente. Lembrando que segundo a Organização Mundial da Saúde, a adolescência é o

período que vai de 10 a 19 anos. Portanto, compreende um grupo bastante heterogêneo de meninas em variados graus de desenvolvimento puberal.

Durante o desenvolvimento puberal, o que observamos? A ativação do eixo hipotálamo, hipófise ovariano, que vai desencadear o desenvolvimento de hormônios, principalmente, androgênicos, posteriormente, estrogênicos e, em seguida, os hormônios progestágenos, progestogênicos, que vão causar inicialmente o desenvolvimento das características sexuais secundárias. Depois, vai começar a haver o desenvolvimento do processo que a gente conhece como ovulação.

Durante esse momento da vida também acontece o acúmulo de massa óssea do organismo. É como se fosse um período em que pudesse acontecer uma poupança, uma caderneta de poupança de osso. Aquele cálcio que é ingerido tanto vai ser usado para o crescimento e desenvolvimento da menina, como também vai servir para que no futuro ela não desenvolva osteopenia, osteoporose e, conseqüentemente, faturas. É um momento, em síntese, que a menina está se desenvolvendo e que uma gravidez prematura interferiria nesse acúmulo de massa óssea e em outros processos em que os hormônios estão estabelecendo uma série de feedbacks apropriados para o seu funcionamento do ponto de vista reprodutivo.

Uma gravidez na adolescência está associada também a uma taxa mais alta de desmame, comparado com mães adultas. Lembrando que a amamentação no seio materno é uma grande bandeira da Sociedade Brasileira de Pediatria tanto para prevenção de doenças infecciosas na primeira infância, como também para prevenção de doenças futuras quando adulto, as chamadas doenças crônico-degenerativas, provando que esse é um momento extremamente desfavorável.

Tanto a Febrasgo, que é a Federação do Gineco-obstetra, quanto à Sociedade Brasileira de Pediatria são unânimes em indicar métodos contraceptivos de barreira associados a métodos hormonais. No entanto, vários trabalhos, como o publicado em alemão por uma pesquisadora agora, em 2021, intitulado “Contracepção Hormonal em Jovens Menores de Dezoito Anos”, publicado em alemão, mostra que quando você usa métodos hormonais em

crianças com menos de 19 anos, há prejuízo da reposição óssea, comprovado também em outros trabalhos – trabalho em inglês, trabalho americano também. Eu tenho toda a bibliografia para colocar à disposição dos senhores. Além de comprometer a reposição óssea, o estudo também mostra que o uso de métodos hormonais em menores de 19 anos aumenta a tendência à depressão e altera o perfil lipídico, criando uma dislipidemia em idades precoces.

Então, por isso uma conscientização sobre a espera pela maturação, tanto do ponto de vista orgânico, incluindo também a mielinização do córtex cerebral, que é a parte cerebral responsável pela formação de juízo, pela tomada de decisões. E considerando também esse período que cada vez é maior entre a maturação sexual e o desenvolvimento intelectual completo é que, como Pediatra, como Médica, como Professora eu me posiciono a favor de que seja também feita essa orientação educacional, para que as jovens estudem, para que as jovens procurem se desenvolver, do ponto de vista profissional, para que em sua vida adulta ela seja produtiva e ela seja realizada em todos os âmbitos de sua personalidade e de sua vida.

Obrigada pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado. Parabéns pela fala.

Passemos, aqui, para a próxima convidada: Fernanda Chuster Pereira Honorio, Promotora de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital. Doutora, a senhora está presente? (Pausa) Não, infelizmente não. Caso venha a se manifestar, daremos o uso da palavra.

Próxima, Ilana Ambrogi, da Anis, Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Ilana, está presente?

**A SRA. ILANA AMBROGI** – Sim. Estou presente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Bom dia. Obrigado pela participação. A senhora tem o uso da palavra a partir deste momento.

**A SRA. ILANA AMBROGI** – Bom dia a todas e a todos. Muito obrigada pelo convite. Meus cumprimentos ao Presidente da Comissão.

Este projeto é muito preocupante, pois não atende às necessidades reais dos jovens, não é baseado em evidências e não garante direitos. Sem dúvida, há consenso sobre a importância de se reduzir as taxas da gravidez na adolescência, especialmente porque gravidez na adolescência, como já foi mencionado, é associada à maior evasão escolar, maior taxa de mortalidade materna, assim como prematuridade e pode gerar consequências negativas duradouras na vida das meninas. No entanto, este PL é inadequado por vários motivos.

Primeiro. A proposta desta lei, que tenta sugerir uma escolha ativa e se abster de fazer sexo, é ofensiva e antiética, diante dos dados que atestam as centenas, senão milhares, de meninas já em situação de extrema violência e vulnerabilidade. Para uma contextualização rápida, somente na cidade de São Paulo, em 2020, foram 400 nascidos vivos em meninas com menos de 15 anos. Esses números representam uma pequena parcela da consequência indiscutível da violência sexual, pois todas essas gravidezes qualificam como sendo de estupro de vulnerável, segundo a lei. Sabemos que a maior parte da violência sexual não resulta em gravidez. Assim, este PL acaba por desamparar ainda mais as que mais precisam.

Segundo. Mesmo para as relações consentidas entre adolescentes, não restam dúvidas de que proposta que priorizam doutrina de abstinência sexual, como se isso fosse uma possibilidade, para prevenir gravidez na adolescência, não funcionam. Está claro que este é objetivo deste projeto de lei. Muitas propostas como esta foram testadas e os seus resultados são contundentes: a idade da iniciação sexual não é alterada; não há diminuição na taxa de gravidez na adolescência. Os estudos mostram o contrário: um aumento na taxa da gravidez na adolescência; um aumento em infecções sexualmente transmissíveis; esses programas pioram o estereótipo baseado em gênero; marginalizam certos grupos; escondem e distorcem informações essenciais para a saúde e direitos sexuais reprodutivos. Os efeitos negativos foram tão preocupantes que houve estímulo ao casamento precoce; diminuição de acesso à informação adequada sobre HIV/AIDS e o uso de camisinha. Eles são coercitivos; estigmatizam comportamentos e acabam por causar retrocessos nas políticas públicas de

educação e saúde, que são, de fato, efetivas. Outros países tiveram experiências tão negativas, em decorrência de políticas como estas, que as abandonaram. Aqui, devemos prestar atenção a eles para não repetirmos o erro. Esta política foi tão desastrosa que, em 2016, a iniciativa em países da África de prevenção ao HIV para meninas e mulheres excluiu programas que promovem somente a abstinência sexual. Assim também fizeram metade dos estados nos Estados Unidos, que tinham sido financeiramente estimulados a iniciar programas como este. A ineficácia e os problemas éticos dessas intervenções foram tão significativos que os estados começaram a abdicar das verbas federais a eles vinculados.

Vale lembrar também que mais da metade dos adolescentes, no Brasil, já iniciaram a sua vida sexual. Assim, este projeto de lei não atende às necessidades da maioria dos jovens e acaba sendo uma política discriminatória.

Para proteger meninos e meninas de gravidez precoce, prevenir infecções sexualmente transmissíveis ou até mesmo promover um adiamento da iniciação sexual, deve se levar em conta propostas educacionais que reconheçam a sexualidade como parte do desenvolvimento humano e que abranjam as consequências das desigualdades e opressões como pobreza, racismo, homofobia, transfobia, misoginia, capacitismo na saúde sexual e reprodutiva dos jovens.

Se, de fato, o objetivo é prevenir a gravidez nos jovens, o foco deve ser outro e não na promoção de estratégias comprovadamente ineficazes que causam danos e ferem direitos. O Estado tem obrigação de formular políticas públicas que, de fato, funcionem para esse fim e estas são baseadas em evidências científicas, promovem a informação correta, não violam direitos e asseguram a saúde. Este PL não atende a esses requisitos. Somente com educação integral em sexualidade, com ênfase na diminuição da desigualdade de gênero e promoção de justiça social, com o combate efetivo à pobreza é que, de fato, se obterão os resultados esperados de prevenção da gravidez na adolescência.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Obrigado.**

Passemos à próxima: Juliana Felicidade Armede, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Está presente, Juliana? Não. Caso entre depois, pedimos à Assessoria que dê uma olhada para que possamos dar a palavra a ela.

Próxima convidada, Maria Lúcia da Silveira, militante da Marcha Mundial das Mulheres de São Paulo. Maria, está presente?

**A SRA. MARIA LÚCIA DA SILVEIRA** – Sim, estou presente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Muito bem, Maria. Bom dia. Seja muito bem-vinda à nossa audiência pública. A partir deste momento, a senhora tem a palavra.

**A SRA. MARIA LÚCIA DA SILVEIRA** – Obrigada. Quero agradecer a possibilidade de participar; ao Vereador e às Vereadoras aqui presentes.

Então, eu queria partir, como eu sou da Marcha Mundial das Mulheres de São Paulo, que é um movimento feminista, popular, que tem um grande envolvimento com mulheres, meninas e adolescentes, principalmente nas periferias de São Paulo, trabalhamos com muito diálogo em escolas, centros de referência; diálogos com políticas públicas e também participamos por convite e por colaboração conjunta em conversas com Educadores e Educadoras. Muitas vezes, somos convidadas para participar do debate.

O que temos visto na prática é que é muito importante o diálogo e a educação sexual das adolescentes. E isso deve ser uma fonte sempre de diálogo sempre para superar tabus, para superar aqueles silêncios que acabam por prejudicar a prevenção da gravidez na adolescência.

O que vemos é que a sexualidade, a visão da sexualidade foi mudando muito. O que era antes tabu, na minha época até de adolescente, ainda das nossas mães e avós, é que havia realmente uma pressão e um silêncio e, muitas vezes, opressão de meninas que acabam casando grávidas naquela época. Não funcionava a falta de diálogo, o silêncio. Nem sempre as famílias se sentem à vontade ou em condições de fazer esse diálogo com as adolescentes e com os adolescentes.

Então, o que defendemos, o que achamos é que é problemático esse aposto do

projeto “Escolhi Esperar”, porque, na verdade, são estratégias, como já foi dito aqui, que realmente não propiciam um verdadeiro diálogo que seria obtido com a questão da educação sexual nas escolas. Há muitos modelos de famílias. Este projeto reforça o modelo patriarcal que acaba impulsionando a passividade das meninas; a desigualdade de gênero. Realmente, nós temos visto que isso é problemático. Eu mesma participei de vários diálogos e formações com jovens mães na periferia e elas disseram que nunca tiveram diálogo, e quando passam por medo, por uma vivência opressiva elas acabam se dando conta da gravidez, até muito adiantadamente por não conhecerem o próprio corpo, por não terem controle do próprio corpo e isso acaba prejudicando.

Então, de início, você propor a abstinência..., enfim, entender que não é sempre da ordem do racional, que a sexualidade envolve emoções, envolve a subjetividade, não tem resultado em eficácia na prevenção da gravidez.

O que propomos é que também se debata a educação diferenciada que há entre meninos e meninas. As meninas são educadas para serem contidas e os meninos são educados para terem uma sexualidade agressiva. Isso, realmente, é problemático.

Quando debatemos as dificuldades dessas mulheres e adolescentes e dessas experiências, temos visto que há falta de orientação e debate sobre a sexualidade. E a linha dos direitos sexuais e reprodutivos, tanto da saúde sexual quanto se ver a sexualidade como um direito e propor uma educação igualitária entre meninas e meninos, a compreensão do corpo, compreender que é um desenvolvimento da intimidade sexual. O desabrochar da sexualidade deve ser vivido de forma com conhecimento, com debate, orientado por Educadores em ambiente seguro nas escolas, enfim, ouvir as adolescentes para que elas expressem as suas angústias, as suas dúvidas e compreender a necessidade do respeito mútuo entre os parceiros. Isso se aprende também. Essa é uma forma de proteger os direitos sexuais e reprodutivos.

Fizemos muitos debates; grupos focais; entrevistas com os jovens, que acabaram resultando em propostas de cursos e oficinas para debater uma sexualidade livre de violência e

opressão. E o que o Movimento Feminista vem chamando a atenção é que a formação de Educadores..., preparar Educadoras e Educadores para lidar com essa sexualidade do adolescente, para lidar com os diferentes modelos de família, é mais produtivo. E queremos reforçar, deixar claro que, naquilo que foi sistematizado pelos organismos internacionais como direitos sexuais e reprodutivos foi fruto de muita luta, de muito conhecimento, de muito diálogo. Então, esse direito à autonomia, à liberdade no exercício da sexualidade... E entre esses direitos, está o direito de optar por ser ou não sexualmente ativo, respeitando a integridade corporal e a maturidade emocional. (Pausa)

Acabou o meu tempo?

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Já passou um minuto, quase, a mais. Mas a senhora pode concluir. Estou dando um pouquinho mais de margem, porque faltaram dois convidados.

**A SRA. MARIA LÚCIA DA SILVEIRA** – Só para concluir. Esse direito sexual é pouco vivido, porque existe totalmente um silenciamento; porque existem tabus; porque existe, até a sexualidade abusiva e violenta. Então temos de trabalhar esse diálogo para que as adolescentes compreendam o seu processo, compreendam a sexualidade. E que não resulte em mais violência, expulsão de meninas de casa porque engravidaram e uma série de coisas que já foi relatada aqui pelos que me antecederam.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, parabéns por suas palavras. O Sr. Thiago de Melo Costa Pereira está presente?

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Sr. Presidente, o Thiago não pôde entrar na audiência agora justamente por causa do seu trabalho, se V.Exa. permitir fará uso da palavra em outro momento.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Está bem, então vamos voltar, a Vereadora Juliana Cardoso pediu, temos duas convidadas, a Cristiane da Silva Cabral e a Thaís Nascimento Dantas, estão presentes nesse momento? (Pausa) Vereadora Juliana Cardoso,

conseguiu contato com elas?

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Elas só vão poder estar a partir das 13h, por causa do trabalho delas, vão estar em horário de almoço.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – A partir das 13h. Entendi meio-dia, desculpe. Vereador Rinaldi Digilio, peço que fale com o convidado Thiago e já que são três convidados, agrupamos o Thiago e as convidadas da Vereadora Juliana Cardoso.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Considerando os Vereadores como convidados, aqueles que não são membros da Comissão, temos três inscritos, as Vereadoras Sonaira Fernandes, Elaine do Quilombo Periférico e o Vereador André Santos. Por essa ordem de inscrição, tem a palavra a Vereadora Sonaira Fernandes.

**A SRA. RUTE COSTA** – Sr. Presidente, não sei por qual motivo, já me inscrevi e por algum motivo não apareceu o meu nome aí.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Sem problemas, Vereadora, já está inscrita para fazer uso da palavra.

**A SRA. RUTE COSTA** – Aproveito este momento para cumprimentar V.Exa. pela condução desse excelente trabalho.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, daqui a pouco lhe passo a palavra. Vereadora Sonaira Fernandes, bem-vinda a nossa audiência, muito obrigado por contribuir com os nossos trabalhos. Tem a palavra.

**A SRA. SONAIRA FERNANDES** – Obrigada, Presidente. Boa tarde aos colegas que participam desta audiência, todos os convidados, aproveito para parabenizar o Presidente pela condução dos trabalhos, pelo profissionalismo com que tem conduzido os trabalhos desta audiência tão importante.

Quero reiterar minha fala da semana passada, a importância de se discutir, de orientar os jovens sobre um tema tão importante quanto a gravidez. Aqui não estamos falando

de um projeto religioso, não estamos falando de abstinência, nada disso. A ideia, o objetivo desse projeto é justamente orientar os jovens, orientar para que tenham a devida instrução quanto aos problemas, quanto às circunstâncias de uma gravidez precoce, de uma gravidez na adolescência.

Tantas falas antes, dos meus colegas, dos convidados, já me representaram, mais uma vez parabenizar o Vereador Rinaldi Digilio pela fala, pelo projeto, dizer que é de excelência e que temos muito mesmo a contribuir com um tema tão importante como este.

Obrigada, Presidente. Obrigada, Vereador Rinaldi Digilio. Obrigada a todos os convidados que têm somado aqui, independente de ideologia, independente de partido. É assim que se constrói o debate, é assim que se faz democracia, respeitando as pessoas, respeitando os pontos de vista, respeitando a ideia de cada um. Então parabéns a todos os envolvidos nesse projeto tão importante e vamos continuar aqui ouvindo a todos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, Vereadora, pelo reconhecimento, como falei no começo, democracia, para terem uma ideia eu não sei e não procuro saber quem convidou quem, então isso se chama democracia, isonomia, direito de fala, direito de expressão e mesmo tempo para todos, mesma oportunidade para todos.

Seguindo a ordem de inscrição, tem a palavra a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, muito obrigado pela participação mais uma vez, na semana passada estava conosco.

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO** – Obrigada, Presidente, boa tarde a todas, todos e todes que estão acompanhando esta audiência pública, primeiro, gostaria de demonstrar o meu descontentamento com algumas falas que têm sido feitas nesta audiência e na audiência anterior de extremo desrespeito, especialmente às mulheres que estão dentro desta Casa.

Estou na minha primeira legislatura, fui eleita este ano junto com os movimentos sociais e me surpreendo com muitas coisas, embora isso não me pare. Mas fico muito surpresa

com muitas coisas que acontecem aqui e uma delas é a hipocrisia. Uma hipocrisia enorme em ouvirmos pessoas falando dentro desta Casa, de como alguns Vereadores se posicionam de maneira midiática, mas ao mesmo tempo o Vereador posta: corre aqui, audiência sobre aborto, arrasta para cima, vem aqui assistir comigo.

Sou uma pessoa que fui criada dentro da Igreja Católica, minha família, especialmente minha mãe, era uma mulher extremamente católica. Fui criada na fé católica, assim como a Vereadora Juliana Cardoso que, inclusive, estava numa procissão na semana passada, num feriado cristão. E na Igreja Católica ouvindo a palavra de Cristo, aprendemos o quanto a verdade é fundamental no caminho cristão. Dizer a verdade independente de qualquer coisa faz parte da fé cristã. E quando vimos aqui debater um PL, cujo nome é “eu escolhi”, “eu decidi esperar”, “escolhi esperar”, ou qualquer coisa do tipo, é óbvia a alusão que esse PL faz a uma questão religiosa.

Quando falamos de política pública, não fazemos política pública só colocando uma ideia no papel. Uma política pública precisa de diretrizes para ser implementada, uma lei como essa que pretende dialogar com o Sistema de Saúde na busca de solucionar um problema pode servir para amplificar esse mesmo problema.

Vários Vereadores aqui, desde o debate no plenário e depois na audiência, apontaram dados muito importantes retirados de pesquisas, de estudos que contam com a participação de várias pessoas importantes dentro dessa área de estudo, inclusive, da Dra. Albertina Duarte, que já foi evocada nesta Casa para defender esse PL absurdo. Só que usam esses estudos de uma forma completamente descontextualizada, com a maior desonestidade, pois é notório o conhecimento e a luta...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Vereadora, não estamos ouvindo, acho que a senhora clicou sem querer no microfone. Está cortado, está sem áudio. Agora está ativado.

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO** – Vou ficar até com a minha mão aqui porque está sendo comum acontecer isso na Câmara de, de repente, os nossos

microfones serem desligados.

Estava falando da Dra. Albertina Duarte, que foi evocada aqui algumas vezes nesta Casa, e o quanto eu acho hipócrita e desrespeitoso usarmos o estudo de uma pesquisadora que é uma referência no estudo médico e que defende como método contraceptivo, como já foi falado aqui, as duas formas que já foram explicitadas aqui pelas minhas colegas. Tanto os métodos hormonais como os métodos de barreira.

Então quando usamos esses dados descontextualizados dizendo que o que estamos fazendo não é política, e acho sempre muito impressionante como políticos, como pessoas que dedicam as suas vidas à política têm coragem de dizer que não estão fazendo política e acham que isso é a coisa mais maravilhosa do mundo. Mas, enfim, quando usamos esses dados de maneira completamente descontextualizada estamos usando esses dados ao bel prazer só para sustentar a argumentação rasa, percebemos a desonestidade com que esse tema está sendo tratado.

No site do Governo do Estado temos apresentado o Programa de Saúde para Adolescentes da Secretaria de Estado da Saúde. E os métodos contraceptivos adotados pela própria Dra. Albertina, mencionada aqui, em nenhum lugar fala de espera, nenhum lugar fala de castidade, mas sim de educação sexual combinada com a proteção.

Quero aqui fazer um apelo para os meus colegas e dizer que é evidente que o referido projeto de lei “Semana Escolhi Esperar”, faz referência a uma campanha cristã centrada na imposição moral religiosa, a viver a vida em santidade e pureza. O PL é quase uma cópia de um projeto chamado Escolhi Esperar, que está na internet, qualquer pessoa pode dar uma olhada nesse projeto.

Aqui mesmo, hoje, na Câmara, vemos como as falas se centram numa questão moralista onde o problema de Saúde Pública que estamos tratando aqui é extremamente localizado em meninas, em mulheres. Já se falou, inclusive, aqui em plenário que as meninas jovens se engravidam. Hoje ouvimos aqui que isso é um problema da geração nem-nem, que nem trabalha, nem estuda. Quer dizer, outro problema de política pública que é falta de

garantia de Educação de qualidade, que é a falta de garantia de trabalho para a juventude, também passa aqui agora a ser responsabilidade dessas meninas jovens já com tanta ausência de política pública séria neste país.

Acho que precisamos fazer uma reflexão muito séria de o quanto é leviano usar dados assombrosos sobre gravidez precoce, dados em que grande parte dessas gravidezes têm a ver com a relação de abusos sexuais, para justificar dar um tratamento moral a uma questão de Saúde Pública. Esperar não é um método contraceptivo e para muitas meninas, para muitas mulheres e para muitas pessoas neste país, infelizmente, sequer é uma escolha.

Como já foi falado aqui, a intenção desse projeto quando fala que é uma escolha pressupõe que todas as jovens têm o direito de fazer essa escolha. Todos sabemos aqui que para tomar decisões e fazer escolhas precisamos estar muito bem-informados. E a falta de informação e de acesso a meios contraceptivos é que levam à gravidez precoce. Ignorar a cultura do estupro no país, ignorar esses dados assombrosos neste país, conforme falas aqui já feitas, para pensar soluções para a questão da gravidez precoce é simplesmente desonesto.

Ao contrário do que foi dito aqui nesta Casa, as mulheres não têm essa decisão sozinhas, não tomam essa decisão sozinhas, elas não se engravidam. É óbvio que os homens fazem parte do processo da contracepção e esse projeto de lei coloca a questão como uma escolha moral das mulheres, digno do Código Penal de 1940, que configura a mulher como mulher desonesta, pretende regulamentar a moral, a maneira de viver das mulheres, o que é completamente incompatível com o regime democrático.

A política pública não existe para ditar o comportamento das pessoas conforme um grupo entende ser mais adequado. Além de dar tratamento moral a uma questão de Saúde Pública, o PL traz um movimento que comprovadamente piora o quadro de gravidez precoce. E afinal, para quem é direcionada essa política? Sabemos que políticas como essa têm alvo, têm cor, as meninas atingidas por essas políticas têm cor, as meninas atingidas por essa política têm CEP.

Portanto, esse projeto precisa ser revisto não só pelo nome dele, mas também – o

que é extremamente importante que esse nome seja revisto -, o seu conteúdo, que preveja um trabalho em harmonia com as Diretrizes Nacionais e Internacionais de Saúde. O texto da lei é muito importante e é o que vai direcionar essa política. E uma política que se diz preocupada com a prevenção da gravidez precoce não pode normatizar a solução como uma escolha. Uma decisão moral e desinformada sobre a educação sexual.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, Vereadora. Passamos a palavra ao Vereador André Santos, obrigado pela participação mais uma vez, obrigado por contribuir.

**O SR. ANDRÉ SANTOS** – Boa tarde, Presidente Felipe Becari, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos; nossa amiga, colega Juliana Cardoso; Elaine do Quilombo Periférico; amiga Rute Costa; Sonaira Fernandes, companheira do Republicanos; Rinaldi Digilio, a quem quero parabenizar por essa iniciativa.

Nós estamos avaliando as falas de todas as pessoas que comentaram e numa coisa há consenso, para os nossos adolescentes, os nossos jovens, eles precisam de orientação, mas uma orientação assertiva. Quando nós falamos de uma semana, não é para colocar um cabresto nas pessoas, não é para dizer para as pessoas: “Você é proibido de fazer isso, ou aquilo”; mas é para esclarecer, porque, infelizmente, embora nos dias de hoje muita gente já tenha acesso à internet, ainda há um tabu muito grande, uma dificuldade muito grande, de se falar sobre questões de prevenção sexual, algo desse tipo.

Já vi muitos casos de jovens que, de maneira precoce, engravidaram e sofreram muito em relação à família, aos amigos, sofreram rejeição no colégio, na hora de estudar, ou no trabalho, porque o patrão logo arruma um jeito de tentar tirá-la do emprego, ao saber da situação. Então, é uma situação muito delicada, porque muitas acabam engravidando por falta de esclarecimento.

Existe aquela pressão da coleguinha, do coleguinha, para que ela se relacione com o seu parceiro; e ela, para não se sentir constrangida, para não se passar por alguém que não é moderna, acaba se envolvendo dessa forma – desculpe o termo, que talvez não seja o mais

ideal – e tendo uma gravidez precoce, até com alguém que ela nem tem certeza se quer permanecer o resto da sua vida ao lado dele.

Embora alguns comentaram que há um exagero numa parte, eu não estou dizendo que não exista exagero, mas era necessário que alguém desse uma atenção a essa realidade, porque muitas meninas que engravidam e ainda rapazes que passam a ser pais, de maneira precoce, não estão preparados para essa responsabilidade tão grande num momento tão maravilhoso da sua vida, que é a sua juventude: um período de descobertas, em que as pessoas começam a definir o que desejam para a vida e começam a plantar para isso.

Portanto, quero reforçar e parabenizar essa iniciativa do Vereador Rinaldi Digilio. Mesmo que possa haver um caso ou outro, como alguém comentou que não houve um ajuste necessário, pois ninguém é perfeito; alguém deveria ter tido essa iniciativa. Por isso, estou muito feliz com este projeto, porque os jovens precisam dessa orientação.

Muita gente falou sobre hipocrisia, mas vamos falar também de realidade. Muita gente, quando vai orientar as outras, só orienta para o que é errado. Depois que a menina engravida, essas mesmas pessoas que a orientaram a ter relação sexual fogem, desaparecem, sem dar nenhum apoio a essa menina.

Respeito todos os comentários, pois esta é uma audiência pública. Fica o registro da minha fala também e o meu sentimento de que realmente algo tinha que ser feito em relação a essa questão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Muito obrigado. Tem a palavra a nobre Vereadora Rute Costa.

**A SRA. RUTE COSTA** – Sr. Presidente, muito obrigada pela oportunidade. Sou totalmente a favor do PL principalmente porque, se a medicina diz que não é indicada a gravidez na adolescência, se a psicologia também defende que não se indica a gravidez na adolescência, por que não devemos ligar essa informação aos adolescentes? Este PL é para informação, nada mais. Ninguém vai forçar ninguém a nada, nem obrigar a nada. A indicação

deste PL é para informação.

Ao invés de ter que socorrer o adolescente quando a gravidez ocorrer trazendo prejuízo à vida dele, temos que informá-lo para que isso não aconteça. A mulher fica totalmente vulnerável com uma gravidez precoce, porque ela não está preparada para essa realidade. Então, quando você relega uma adolescente à gravidez, é a mesma coisa que você relegar essa jovem à desigualdade social.

Como mulher, defendo a igualdade para as mulheres quanto às oportunidades. Para isso, não devemos relegar à desigualdade as mulheres, mas devemos procurar fatos científicos que nos apoiem a fazer com que essa mulher tenha melhor produtividade, que ela alcance sucesso profissional. E quando negamos a informação, estamos relegando a essa mulher à falta de oportunidades.

Só existe transformação através da educação, e me choca o fato de as pessoas serem contra o ensino. Não existe transformação num país a não ser através da educação. E este PL diz: “Educar através da educação, promover transformação”.

E a educação nunca foi discriminatória; ao contrário, ela elucida, ela desperta as pessoas, leva o cidadão a uma melhor qualidade de vida. Por isso, sou totalmente a favor da educação.

Ouvi alguns colegas fazendo alusão à religião, mas este PL não tem nada a ver com religião, tem a ver com ensino, com promoção de cidadania, com elucidação do conhecimento. Não podemos ter uma mente tacanha, trazendo picuinhas: se a pessoa é cristã, ou não. Não estamos discutindo isso, se é cristão, se é católico.

Os católicos também são contra o aborto, e vejo que muito católico aqui defende o aborto. Então, como disse a colega sobre hipocrisia, isso sim é hipocrisia: dizer que é cristão e defender aborto.

Eu ouvi um colega falando a respeito da Dra. Albertina e não me aporito num lugar onde a informação seja duvidosa, mas à OMS – Organização Mundial de Saúde, que diz que a maior taxa de gravidez na adolescência é no Brasil, em toda a América Latina. Isso sim relega

às mulheres a desigualdade.

A gravidez na adolescência pode ter um efeito profundo na saúde das mulheres durante a vida, e a OMS faz inclusive recomendações em relação a isso. Segundo relatório da OMS, a gravidez está entre as principais causas de morte entre jovens e adolescentes, de 15 a 24 anos, na região das Américas. Ainda globalmente, o risco de morte materna se duplica entre mães com menos de 15 anos em países de baixa e média renda.

Estamos falando de dados da OMS, a Organização Mundial da Saúde. A recomendação da OMS é de que os países com altas taxas de gravidez na adolescência apoiem programas dirigidos para mulheres em maior vulnerabilidade para gestações precoces. Não estou falando de A, nem de B, nem de religião, mas são recomendações da OMS.

Também há recomendação para que se expanda o acesso a métodos anticoncepcionais e que sejam indicados programas de educação sexual para homens e mulheres. Não estamos falando só das mulheres, dos homens também. Mas, quando se fala de gravidez na adolescência, reporta-se mais à mulher porque ela que carrega o peso da barriga. O homem, muitas vezes, se evade da responsabilidade, que acaba caindo no colo da mulher.

O relatório também indica outras medidas de prevenção, inclusive prevenir as relações sexuais sob coação, porque muitas delas são abusadas. O Código Penal, art. 217-A, diz que gravidez antes dos 14 anos é abuso sexual. Então, as relações sexuais nesses casos de coação devem ser contidas. É o que diz a OMS.

É isso que proponho, que não haja uma desigualdade, para que as mulheres sejam relegadas a uma desigualdade por falta de informação. Por isso, este PL é importante. Vamos informar, vamos educar, vamos ensinar, tanto os meninos, quanto as meninas, a como prevenir a gravidez na adolescência, que isso traz prejuízo físico e emocional para os adolescentes.

Agradeço ao nobre Vereador Filipe, já estive Presidente desta Comissão de Saúde e sei como é difícil, muitas vezes, conduzir o trabalho; mas tenho acompanhado e V.Exa. tem conduzido muito bem fazendo um bom trabalho nesta Comissão.

Como psicóloga e mulher da ciência, digo que este PL é importante. Nós temos que informar, temos que buscar uma melhoria da qualidade de vida da cidadã e do cidadão paulistano.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, nobre Vereadora. Infelizmente, isonomia não agrada a todos. Mas seguimos trabalhando pela consciência, e estamos aqui para isso.

Tem a palavra o nobre Vereador Fabio Riva.

**O SR. FABIO RIVA** – Agradeço a oportunidade de falar nesta Comissão, mesmo não sendo membro. Infelizmente não vou poder acompanhar esta reunião até o final, mas todos estão de parabéns, tanto aqueles que estão a favor do projeto, quanto os que estão debatendo contra, pois todos estão contribuindo para que possamos fazer um trabalho de excelência dentro de uma casa democrática e fazer o melhor para a população.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, nobre Vereador. Quem dera tivéssemos mais Vereadores para acalorar o debate e para contribuir com o tema.

Abro mão do meu tempo para poder prestigiar os munícipes posteriormente, como não foi feito na semana retrasada.

Tem a palavra a nobre Vereadora Luana Alves.

**A SRA. LUANA ALVES** – Boa tarde a todos os presentes, todos os que acompanham esta discussão, Sras. e Srs. Vereadores.

Para nós, políticas que envolvem a vida de adolescentes, em especial de meninas adolescentes, têm que ser tratadas com muita seriedade. E é isso que eu quero colocar aqui para vocês.

E quando falamos em prevenção de gestação em momentos inadequados, em momentos que não são os melhores para a vida de uma adolescente, de uma jovem, nós temos que fazer isso com muita responsabilidade. Temos que propor políticas que vão evitar a

gravidez de adolescente, ou a gravidez em momento indesejado, com muita responsabilidade, sabendo quais são os dados que já foram gerados, sabendo qual é a melhor alternativa.

Eu acho que todo mundo aqui – eu espero isso; eu vou ser muito otimista, e falar que todo mundo – tem o mesmo objetivo de ajudar as jovens a evitar gravidez de adolescente. Eu quero falar para vocês que esse PL, que é o PL “Escolhi esperar”, não é apenas um título, isso é um método, um método ineficiente que se chama método de abstinência sexual. Esse método não é eficiente. Esse método, primeiro, não ensina sobre uso de anticoncepcionais, não ensina sobre uso de camisinha, não ensina sobre o uso da pílula, não ensina sobre os limites do próprio corpo, consentimento, não ajuda jovem a identificar situações de abuso. E eu queria falar que quando se trata de gestações abaixo de 14 anos, não é questão de conscientização, é estupro. Então não é uma questão de conscientizar sobre isso ou aquilo.

O que eu quero falar para vocês é que para nós não dá para errar nesse tipo de projeto. Por isso, eu proponho aqui, com muita franqueza, muita sinceridade, para todos os meus Colegas Vereadores, em especial, às mulheres que estão aqui presentes, para, em vez de termos a semana “Escolhi esperar”, termos a semana de conscientização do uso de contraceptivos. É isso que eu quero propor aqui para vocês.

Eu já apresento – porque eu não irei fazer política às escondidas – que eu irei apresentar esse substitutivo, caso esse projeto vá à votação no plenário, porque eu não admito – e eu sou muitas: falo como psicóloga, falo como profissional de saúde, falo como vereadora. Para nós não é possível ter uma PL que se chama “Escolhi esperar” e coloca um método que é claramente ineficiente, que é o método de abstinência sexual. Esse método não funciona. Isso é parte de uma doutrina moral. Temos que ter muita responsabilidade no que nós estamos fazendo. Quando falamos em evitar gravidez de adolescente, nós estamos falando de educação integral em sexualidade, que respeite os limites de cada adolescente, que respeite as decisões que ele ou que ela pode tomar, que apresente opções, que ensine sobre as opções, que de fato orientar. Orientação é falar do uso de camisinha, é falar sobre como você consegue reconhecer uma situação ou um relacionamento abusivo, é você conseguir falar não;

é você, caso seja abusada, conseguir procurar ajuda das políticas de segurança. Isso é muito fundamental. Nós sabemos que a maioria das meninas são estupradas por conhecidos. Conseguir falar exatamente contra o machismo, contra uma visão que coloca o corpo das meninas como público, é parte desse debate.

Por isso eu gostaria de propor isso para vocês. Vocês, meus Colegas Vereadores, que estão dizendo que se preocupam com a gravidez na adolescente, que apoiem o substitutivo que estou escrevendo, que vou apresentar aos senhores, da “Semana de Conscientização do Uso de Contraceptivos.” Não dá para ser tabu. Não dá para não podermos falar em escola como é que se usa uma camisinha, como é que se toma pílula, as opções que se tem. Isso é o mais importante. Esse debate se faz com seriedade.

Queria falar para vocês que independentemente de esse projeto passar ou não nesta Comissão de Saúde, esse substitutivo, essa proposta, será apresentada, porque *escolhe esperar* não é só nome. E eu me surpreendi muito com a fala de um Vereador aqui, a do Vereador proponente, que demorou para falar o termo *escolhi esperar*. Ué? Por que demorou para falar o termo *escolhi esperar*? Esse é o nome da semana, esse é o nome do projeto. É essa a política do projeto. É projeto de abstinência sexual, que é ineficiente. Se é para batalharmos, de fato, fazermos uma política séria contra a gravidez de adolescente, vamos fazer com seriedade: semana de conscientização sobre uso de contraceptivos. Gostaria de propor isso aqui para os senhores, porque isso é ter respeito pela vida das adolescentes da cidade de São Paulo.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado pelas palavras, Sra. Vereadora.

Agora, como membro da Comissão, não somente como proponente, o Vereador Rinaldi Digilio. V.Exa. tem mais uma vez o uso da palavra. Quer fazer uso? (Pausa) Não está aí. Se retornar, Assessoria, nos informe.

O Vereador Xexéu Tripoli está presente? (Pausa)

Então vou voltar ao Vereador Alfredinho. Chegou a hora de V.Exa. falar.

E depois, eu sigo...

**A SRA. SANDRA TADEU** – Pela ordem. A Vereadora Sandra Tadeu também gostaria de falar.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Oi, Vereadora. Tudo bem? Como é que vai?

**A SRA. SANDRA TADEU** – Tudo.

Eu estava numa outra reunião, não pude estar aqui com vocês antes. Tá bom?

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tá legal. Então, como membro da Casa, claro, obrigada pela participação. Eu vou abrir aqui então para que a senhora participe, explique.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Sr. Presidente, eu estava aqui fora da sala. Assim que a Vereadora Sandra falar, eu posso falar pela comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Sem problema. Vamos fazer assim, Vereador, só para seguir a ordem, então? A Vereadora Sandra fala; eu retorno com o Vereador Alfredinho; depois, a Vereadora Juliana, que eu acredito que já tenha voltado; e depois o senhor finaliza. Tá legal?

Vereadora Sandra. Muito bem-vinda. Obrigado, já, de antemão, pelas contribuições.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Oi, Vereador.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Sr. Presidente, por favor, queria também a oportunidade de poder falar.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Legal. Obrigado pela participação também.

Vereadora Sandra, V.Exa. tem a palavra. Muito bem-vinda. E muito obrigado, antecipadamente, pelas contribuições.

**A SRA. SANDRA TADEU** – Eu quero cumprimentar todos os participantes.

Eu já participei de umas cinco audiências públicas hoje. Esta reunião é sobre o projeto do Vereador Rinaldi, certo?

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Exatamente. É o projeto 813, que institui a

“Semana escolhi esperar.”

**A SRA. SANDRA TADEU** – Na verdade, eu quero fazer aqui um depoimento da minha vida.

Eu já falei isso na tribuna que essa questão de esperar não é uma questão só religiosa. Eu me casei. Namorei meu marido 13 anos, e resolvi esperar. Isso pode também, dentro dos métodos para evitar uma gravidez precoce. Eu não acho nada de absurdo. E fico, às vezes, revoltada com tanta polêmica sobre isso. Por que as meninas de 11-12 anos já têm que ter vida sexual atividade? Porque, às vezes, o corpinho dessas meninas nem formadas ainda estão.

E eu também disse, como um depoimento: quando eu estava fazendo a minha residência, o meu último caso da residência foi uma menina de 12 anos entrando, convulsionando e grávida. Convulsionando em eclampsia, para ter o seu bebê. Nesse momento ficamos com essas imagens na mente. E o pior de tudo isso foi a hora que eu tive que levar o bebê para essa mãe amamentar. Ela olhava para mim com um espanto tão grande. Ela dizia o seguinte: “Não, mamar aqui em mim não vai”, porque é uma criança, é uma menina.

Então o saber esperar... Eu também acho que nós podemos trabalhar as nossas meninas que não é tão bom assim nós ficarmos expostas. Hoje elas concorrem: quem fica mais, quem beija mais. Além da educação que nós temos que ter nas escolas, que eu acho que nós temos que estar explicando como se pode ficar grávida, como não, nós também temos que ensinar a elas como se portar, porque nós temos que nos sentir mulheres. Nós somos uma força a mais neste país, e nós temos que crescer com essa mentalidade. Não é tão bom, não é o melhor, você estar no meio das suas amiguinhas e achar que vai tendo relação sexual com A, com B, com C, com D. Além de evitar uma série de doenças. Quanto mais parceiros se tem, mais incidências de C.A., câncer de colo de útero. Já tem estatísticas sobre isso.

Então, na verdade, eu sou favorável a esse projeto. Já pedi a coautoria dele ao Vereador Rinaldi. Isso não é só uma questão religiosa, não, isso é uma questão de saúde pública. E nós temos que ensinar às nossas meninas como se comportar, como valorizar o

corpo. Nós temos que saber o quanto é importante você se sentir valorizada. E você, como uma mulher, tem que se valorizar. É isso que nós temos também que passar para as nossas meninas. Não é só dando camisinha, anticoncepcional e dizer: “Vai lá, minha filha, pode ir indo”. Não é muito assim.

Então eu sou muito favorável. E eu dou a minha vida como exemplo de vida. E nem por isso sou mulher recalcada; não sou uma mulher cheia de problemas psicológicos. Muito pelo contrário, eu sei muito bem o que eu quero da minha vida e sempre soube.

Então era isso que eu tinha a dizer aos nobres vereadores, convidadas e convidados.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, Vereadora, pelas palavras.

Passo agora ao próximo inscrito, o nobre Vereador Sansão Pereira.

Seja muito bem-vindo. V.Exa. tem o uso da palavra pelos próximos minutos.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito boa tarde a todos os participantes desta audiência. Boa tarde aos nobres Vereadores, às nobres Vereadoras, e a todos os demais – aqueles que nos acompanham pela TV Câmara e também pelas redes sociais.

Bom, realmente é um projeto muito, muito, muito, muito importante, muito interessante, porque trata da informação. Eu vou bater na mesma tecla que bati na audiência pública em vigor: que é as pessoas terem o conhecimento do que trata o projeto; ler o projeto, entender o projeto.

Novamente eu vou bater na mesma tecla.

No art. 1º diz assim: “Fica instituído no calendário oficial de eventos do Município de São Paulo a *Semana escolhi esperar*”. *Escolhi*. Dicionário Aurélio, palavra *escolha*: ato ou efeito de escolher. Triagem. Preferência que se dá a uma pessoa, a um animal, a uma coisa, entre outras. Predileção. Opção entre duas ou mais coisas. Preferência. Capacidade de escolher com critério e com discernimento.

Então o que o projeto trata está aqui, é claro, é só verificar o significado desta palavra no Dicionário Aurélio: é que para a pessoa escolher ela tem que saber escolher entre o que. E não é só a menina. Porque falaram aí: “Ah, porque as meninas”. Não, não são as meninas, porque a menina não faz filha sozinha, ela não engravida sozinha, ela precisa também do menino. Então são os jovens, de uma forma geral. É uma questão de conscientização.

Esse projeto, lá no seu parágrafo único do art. 1º, continua assim: “A *Semana escolhi esperar*, de prevenção de gravidez precoce, tem por objetivo disseminar informações sobre medidas preventivas”.

Quando se fala de medidas preventivas, já se está falando de contraceptivos.

Aqui, inclusive, teve uma Colega que falou: “Por que nós não colocamos a semana da prevenção?”

Mas já está dentro do projeto, já estão incluídas aqui essas medidas preventivas. Quem vai falar isso são os profissionais que já constam do projeto – os profissionais de educação, os profissionais de saúde. Já está aqui escrito no projeto. Esse é o artigo 2º.

Então, voltando, ainda, ao parágrafo primeiro: “medidas preventivas e educacionais que contribuam para a redução da incidência da gravidez precoce.

Então é contribuir para reduzir. Então são informações de prevenção. E, claro, vai estar falando da camisinha, vai estar falando dos métodos utilizados. Como na audiência anterior, que falaram daquele outro que se usa, o DIU, comprimidos. Enfim, é de uma forma geral. Mas quem entende essa situação são os médicos.

Eu estou lendo, eu tenho nas minhas mãos o projeto, eu não estou falando coisa da minha cabeça não, eu não estou falando coisa que eu acho, que eu penso, que eu imagino. Está aqui, está escrito no projeto. É isso aqui que temos que debater. É sobre isso que nós temos que falar. É sobre isso que está aqui. Aqui não fala nada de religioso, não tem nada a ver; a questão aqui é saúde.

Inclusive, já volto ao projeto aqui.

“Cerca de 20% da mortalidade infantil no Brasil decorre do óbito precoce de bebês nascidos de mães entre 15 e 19 anos. Fonte: Departamento Científico de Adolescência da Sociedade Brasileira de Pediatria.” Não sou eu, não; está aqui, está escrito, são pesquisas, são dados, são fatos. Está aqui.

Bom, então, voltando ao art. 2º, que diz assim: “A semana de prevenção de gravidez precoce será desenvolvida no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Educação” – olhem só, é saúde e educação – “com base nas seguintes diretrizes, sem prejuízos de outros a serem instituídos”.

Inciso I. “Promoção de palestras na semana que compreenda a primeira semana do mês de março que deverão ser direcionadas aos profissionais de saúde e de educação”.

Quer dizer, se alguns Colegas ou algumas pessoas não acreditam nas pessoas que foram qualificadas, capacitadas, estudaram, preparadas, fizeram faculdades; se elas são as pessoas que estão preparadas e mencionadas aqui não têm condições de orientar, quem vai ter?

Recapitulando inciso I, artigo 2º. Promoção de palestras na semana que compreenda a primeira semana do mês de março que deverão ser direcionadas aos profissionais de saúde e de educação, visando identificar possíveis Munícipes que se enquadrem no perfil.

Inciso II. Exposição com cartazes citando eventuais causas, suas consequências e como prevenir.

Eu fui um rapaz drogado por 14 anos; eu me envolvi nas drogas porque ninguém me orientou. Eu comecei de 13 para 14 anos a usar drogas. Se eu soubesse das consequências eu não teria feito o que fiz, por curiosidade e tal. Olhem a importância da conscientização e da informação para esses adolescentes.

Inciso III. Direcionamento de atividades para o público-alvo do programa, principalmente, os mais vulneráveis. Então, aqui não fala em abstinência sexual. O assunto aqui não é abstinência sexual, não é religião, o assunto não é meninas porque são meninas e

meninos, menina não faz filho sozinho. O assunto aqui é saúde, esclarecimento, educação.

É claro que precisamos ter mente aberta e sermos maduros, responsáveis como pessoas públicas, responsáveis com a adolescência, com a sociedade, com o ser humano, para que eles saibam como agir e como reagir.

Então, espera aí: eu vou escolher. Não eu vou me preparar para ter uma relação sexual ou não vou me preparar. É mais de ela saber: eu vou ter filho.

Veja que os casais se casam e falam: “não vamos ter filho agora, vamos esperar três ou quatro anos, vamos nos preparar”.

Então, é uma questão de conscientização, orientação, informação.

Presidente, muito obrigado. Desculpe-me, sei que expandi um pouquinho, mas era necessário, era o que estava dentro da gente. Obrigado a todos os participantes. Obrigado, Srs. Vereadores.

Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado pelas palavras, pelas considerações.

Voltando aos membros da Comissão de Saúde, o Vereador Alfredinho.

**O SR. ALFREDINHO** – Sr. Presidente, rapidamente, nós já falamos na audiência passada, nós temos esses temas que chamamos polêmicos, uma pauta trazida por alguns Vereadores que chegaram nesta Casa, a qual chamamos de pauta conservadora, que, democraticamente, têm o direito de trazer. Não estou questionando por que trazem, mas também temos que debater. O debate é bom, qualifica e esclarece esses temas tão polêmicos e tão sérios.

Evidentemente, gravidez na adolescência, gravidez precoce como é chamada do projeto, nós conhecemos e ela está principalmente nas camadas mais pobres ou por falta de condições de vida daquelas pessoas que moram nos lugares mais pobres da cidade, na maioria das vezes, é isso que acontece: gravidez em meninas novas, que estão na idade de 13 e 14 anos, porém acredito que não seja com algumas leis conservadoras que vamos resolver o

problema.

O problema está na melhoria de vida das pessoas do ponto de vista econômico, de renda; o problema está nos programas de governo de saúde e prevenção que são poucos que existem para valer. Estou apontando dois problemas que acho que são os principais.

E é isso. É um debate importante que estamos fazendo nesta Casa. Esta já é a segunda audiência pública. Já houve um debate na própria sessão da Câmara, e nós temos o prazer e a sorte que temos gente que defende o projeto com argumentos dos dois lados. Tem o Vereador Rinaldi Digilio que é o proponente do projeto e a Bancada do setor evangélico que o apoia e temos Vereadoras como a Luana Alves que conhece a fundo, a Juliana Cardoso que atua muito nesse setor. É por isso que o debate vem sendo qualificado.

Quero até parabenizar porque ninguém está levando – muitas vezes, num debate como esse, se leva a uma situação de baixaria e situação a nível pessoal, e o que está acontecendo aqui não: é um debate de argumentos. Argumentos daqueles que defendem e daqueles contrários, bem como argumentos dos convidados que estão vindo aqui participar.

Então, Sr. Presidente, eu queria parar por aqui e esperar os demais que estão para falar e os convidados que ainda são bastantes.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, Vereador Alfredinho.

Vereadora Juliana Cardoso já retornou? A Assessoria dela já se posicionou para ela poder contribuir com o debate?

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – O meu sinal está muito ruim e tive que sair. Eu posso ficar um pouquinho mais para frente porque daí terei um sinal estável.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tá legal.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Eu também queria dizer que a minha convidada Cristiane não conseguiu ter a liberação do trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – A Cristiane da Silva Cabral?

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Isso que é Professora da USP e está com

problemas lá. Então, só às 13h tem a outra convidada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Então, agora, eu vou passar a palavra para o Vereador Rinaldi Digilio, para que fale na sua vez como membro da Comissão de Saúde, independentemente de ser o proponente do projeto, e, depois, dou a palavra à Taís e ao Tiago, que são dois convidados remanescentes. Depois, abro para o público dar as contribuições e se manifestar.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela condução desta audiência pública. Quero também agradecer a presença de 12 Vereadoras, a presença da Vereadores Juliana Cardoso, Elaine do Quilombo Periférico, André Santos, Sonaira Fernandes, Rute Costa, Sandra Tadeu, Luana Alves, Sansão Pereira e, também, Alfredinho.

Então, o debate está sendo feito e a única concordância que temos que ter aqui é que todos podem discordar. Isso é muito positivo para o Parlamento, para esta Casa.

A Vereadora Luana Alves fez uma sugestão de fazer um substitutivo. Ela como boa parlamentar que é também tem o direito de fazer um projeto de lei para fazer a semana da conscientização. Eu vou estar com ela nessa lei que ela irá fazer.

Agora, fazer um substitutivo para mudar a base desse projeto que é de conscientização, uma prevenção primária, eu acho que é uma intromissão no mandato do Vereador que está aqui para atender a sua demanda, inclusive, para o seu público para o qual tem trabalhado.

Então, eu acho muito positivo, Vereadora Luana Alves. Aceito a sua fala. Acho que é importante a discordância, principalmente, naquilo que é público, naquilo que é do povo, mas sugiro à Vereadora que faça um projeto de lei do mesmo teor, como está sendo esse projeto. E, ao mesmo tempo, acrescentar o que gostaria. Com toda a certeza, eu pedirei coautoria. Mas, neste caso aqui, é um projeto que tem a finalidade de prevenção primária.

Quero deixar claro, também, Vereadores e todos que nos assistem, que nós somos contra toda e qualquer violência doméstica; contra o estupro e a violência. Também temos uma responsabilidade muito importante como modeladores culturais desta Cidade. Nós

determinamos o que entra e o que sai da Cidade, portanto, é da nossa responsabilidade todo o teor que tem sido falado aqui.

E, caso derrubarem esse projeto, que seja no Parlamento, onde cada Vereador tem a sua representatividade. Se for derrubado no Parlamento, a gente aceita sem problema nenhum.

Mas aqui fica o nosso questionamento e o direito do mandato do Vereador Rinaldi Digilio, colaborar nesse teor como ele foi elaborado.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, Vereador, pelas palavras.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Eu só me esqueci de falar o nome do Vereador André Santos também, porque falei a lista dos Vereadores, fazendo uma menção e agradecendo a todos os Vereadores que se fizeram presentes até agora nesta audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado.

Será que a Vereadora Juliana já está aí? Está legal a conexão?

Podemos alternar e fazer a convidada Taís.

Vereador Rinaldi, o convidado Tiago de Melo já conseguiu se juntar a nós?

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Também não conseguiu. Está muito difícil hoje. Esta terça-feira está muito difícil, e, infelizmente, não consegui que ele viesse.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Não tem problema. Eu vou chamar a Taís Nascimento Dantas, convidada da Vereadora Juliana. E, ao final, chamo a Vereadora se houver uma conexão melhor para poder falar.

Então, chamo a Thais Nascimento Dantas, membro da Comissão de Direitos Infantojuvenis da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo e Coordenadora do Núcleo de Direitos da Criança e do Adolescente da Escola Superior de Advocacia de São Paulo.

Muito bem-vinda. Obrigado pela presença. A partir de agora, a senhora tem o uso da palavra.

**A SRA. THAIS NASCIMENTO DANTAS** – Boa tarde a todos e todas presentes.

Agradeço a oportunidade de, mais uma vez, estar com vocês para debater esse importante tema.

Gosto de ter como ponto de partida dessa conversa o lembrete de que, embora tenhamos dissensos em relação aos caminhos para levar a frente o enfrentamento à gravidez na adolescência, a gravidez precoce, temos um conceito que é muito importante que é: precisamos olhar para essa situação, precisamos olhar para essas meninas. A partir disso, construir caminhos para garantir direitos de maneira efetiva.

E garantir tais direitos perpassa pelas soluções que vão ser capazes de endereçar essa temática considerando crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, porque é isso o que a nossa Constituição estabelece. Isso consta do artigo 227, quando coloca que toda criança e todo adolescente devem ter os seus direitos assegurados com absoluta prioridade, que é uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, no âmbito dos três poderes, da família e da sociedade como um todo.

E, por entender criança e adolescente como prioridade absoluta, precisamos lembrar que crianças e adolescentes são também sujeitos de direitos e não, meros objetos. Nessa perspectiva, devemos lembrar que eles devem ser capazes de vivenciar a totalidade dos direitos assegurados a todos os cidadãos, obviamente, fazendo as adequações, considerando-se a sua condição peculiar de desenvolvimento.

Isso inclui, também, vivenciar e ter assegurada a dignidade sexual. Daí, mais uma vez, coloco o destaque “considerando-se a sua condição peculiar de desenvolvimento”.

Para assegurar esse direito, quando temos que enfrentar a temática da gravidez precoce, devemos achar alguns destaques que merecem ser feitos em como, efetivamente, construir caminhos nesse sentido.

O primeiro ponto de grande destaque para que seja efetiva essa garantia é assegurar acesso à informação, à educação. Nesse sentido destaco que a nossa base nacional comum curricular prevê a necessidade de trazer diversas temáticas, inclusive, em relação à desigualdade de gênero, que é uma temática que atravessa o tema da gravidez na

adolescência e, inclusive, no ano passado, decisões recorrentes do Supremo Tribunal Federal explicitaram que o direito a falar sobre gênero, a ter informações sobre métodos contraceptivos devem ser incluídos no ensino, tendo em vista que a educação, na nossa Constituição, traz já há muito tempo a finalidade de preparar, inclusive, para o exercício da cidadania.

Outro caminho fundamental para garantir a dignidade sexual, desde o começo da vida, é garantir meios gratuitos de acesso a serviços de saúde de qualidade. Isso inclui, inclusive, o acesso a serviços médicos. Então, é fundamental que a gente consiga avançar, para que meninas e meninos – e daí trazendo a importância de que todos estejam informados que essa é uma responsabilidade compartilhada – tenham informações em relação a métodos contraceptivos e a caminhos para planejamento sexual e reprodutivo.

E eu acho muito importante também destacar, a partir dessa percepção de que medidas preventivas são essenciais para enfrentar a temática da gravidez precoce é que a gente precisa garantir a educação, garantir a informação e garantir acesso adequado, seguro e amplo a métodos preventivos de saúde. Que a gente não deixe de olhar também para essas adolescentes que já estão grávidas, porque ninguém pode ficar para trás, especialmente quando falamos de criança e adolescente.

E o que significa não deixar ninguém para trás nessa temática? Significa olhar para as diversas causas da gravidez precoce que envolvem sim causas multifatoriais.

Então, a gente tem um exercício da sexualidade, em que não há uma prevenção e, por isso, a gravidez ocorre. Mas, a gente tem também para, além dessas relações consensuais, a violência sexual. A gente tem uma estrutura de gênero desigual, em que várias meninas acabam numa situação de casamento precoce e que aumenta as chances de gravidez. Enfim, a gente tem dados muito graves em relação a isso.

Nessa perspectiva, a gente precisa olhar para essas meninas como também pessoas que precisam ser cuidadas nesse aspecto. Daí, eu destaco algumas frentes: uma é, sempre que a gente estiver falando de violência sexual, assegurar, quando necessário, quando for de acordo com que essa menina entende, e principalmente com a situação vivenciada, o

direito ao aborto legal e seguro, se for o caso.

Daí, lembrando, se for um caso em que se coloca a vida dessa menina em risco, que pode acontecer por conta da sua idade, não está preparada para receber essa gravidez; ou também numa situação em que é fruto de uma violência sexual. Então, essas duas hipóteses nosso ordenamento já assegura o direito ao aborto legal e seguro.

E, para além disso, nos casos em que essa gravidez já está posta e há a continuidade dela, é fundamental que a gente apoie essas meninas no acesso ao pré-natal, principalmente porque a gente tem evidências que mostram que a taxa de mortalidade materna é bastante elevada, quando estamos falando de gravidez na adolescência.

Assegurar também um apoio socioassistencial, pensando nos desafios para a geração e manutenção de renda no apoio dessa família. Pensando também na necessidade de desenvolvimento de habilidades parentais para poder cuidar dessa criança, e pensando também que a gravidez precoce tem enormes impactos, principalmente no desenvolvimento dessa menina.

Quando a gente pensa em educação, vale destacar que a gravidez responde por taxas bastante elevadas de evasão escolar. Então, nesse sentido, o que eu gostaria de compartilhar aqui: é um grande passo que a gente esteja olhando para essa temática de gravidez precoce. Isso precisa ser enfrentado e precisa ser enfrentado de maneira ampla, porque a gente está diante de um problema complexo.

Isso exige que a gente tenha como pressuposto o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e não como objetos. E daí, pensar em algumas frentes de atuação.

Retomo mais uma vez a necessidade de acesso à informação e de acesso à saúde. Isso perpassa criar mecanismos para que haja escolha, tanto quanto possível desses adolescentes, ter frentes de enfrentamento à violência sexual, porque ela responde muito por casos de gravidez também nessa faixa etária. Daí, pensando em todas as medidas que precisam ser tomadas, quando a gente está falando de gravidez resultante de violência.

Por fim, garantir que ninguém fique para trás. Que a gente tenha um olhar muito atento a essas adolescentes que já estão grávidas e que precisam de um apoio para o exercício da parentalidade, para terem acesso ao serviço de saúde e um pré-natal adequado, para que isso não traga um impacto negativo na sua vida e que vá repercutir em redução de oportunidades de trabalho e de educação.

Então, deixo aqui realmente esse convite para que a gente possa avançar nessa tão importante temática. Mais uma vez, agradeço imensamente a atenção. Boa tarde a todas e todos.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, Thais, pelas suas palavras. Obrigado por ter contribuído com o nosso debate nessa audiência. Falei com a Vereadora Juliana, que está com problema de conexão. Então, a gente deixa a fala dela para o momento em que conseguir se reestabelecer, daqui a pouco.

Então, com muito orgulho, vamos passar a dar voz ao público inscrito, ao público que nos assiste, aos munícipes. Na verdade, é um dos princípios da nossa Casa desenvolver com a população as leis, os projetos, atendendo, claro, aos seus interesses.

Estamos antecipadamente felizes por conseguirmos dar voz a todos, porque isso não foi feito semana passada por uma questão de horário. Então, vou passar a chamar, convocar cada um dos inscritos para essa 6ª audiência. Tivemos 36 pessoas, acredito que nem todos estarão aqui. Por isso, penso num tempo de dois a três minutos, para que cada um consiga explicar sua opinião, sua consideração, seu ponto de vista, que tenho certeza de que contribuirá bastante.

Então, eu coloco um tempo limite de três minutos, porque são 36 inscritos, sendo que, no segundo minuto, quando a pessoa adentrar o terceiro minuto, na verdade, eu já dou um toque para encerrar. Então, peço a compreensão de todos, em dois, três minutos dá para pelo menos se manifestar se é a favor ou contra, e o motivo que o fez agir e pensar assim.

A primeira da minha lista aqui é Adriana Nogueira Sakamoto. Você está por aí, Adriana? Não está aqui. Segunda, Tabata Pastore Tesser. Tabata, você está com a gente?

**A SRA. TABATA PASTORE TESSER** – Sim, estou.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tudo bem, Tabata? Muito bem-vinda à nossa audiência pública, primeira munícipe participando com a gente. Vou lhe dar três minutos, uma forma isonômica de dividir o tempo. Quando estiver em dois minutos eu só abro o microfone e falo para você ir encerrando o raciocínio, caso queira usar o tempo todo. Então, muito bem-vinda, tem o uso da palavra a partir de agora.

**A SRA. TABATA PASTORE TESSER** – Obrigada. Primeiramente, boa tarde a todos e a todas. Sou da Católica pelo Direito de Decidir e como católicas em defesa do estado laico, hoje a gente está aqui para apresentar argumentos, aos quais somos contrárias a esse processo, que é falacioso.

Mas, antes, a gente queria começar dizendo que a política de abstinência sexual é muito lucrativa para pastores e associações religiosas. Mas, eu explico. Basta vocês fazerem uma pesquisa muito rápida no *site* do Eu Escolhi Esperar e identificarão quem financia esse movimento, que é justamente uma associação privada, fundada por dois pastores com muito dinheiro, da Igreja Base do Espírito Santo. É uma associação que atualmente recebe recursos internacionais e até por bancos.

Então, nós sabemos que já há muitos anos tentam exportar para o Brasil um modelo de perseguição à sexualidade adolescente para justamente promover a abstinência como um valor moral travestido de ciência.

Então, a pergunta que eu queria fazer é: a quem interessa economicamente a aprovação desse projeto na maior Casa Legislativa Municipal desse país?

Segunda coisa, como católicas e defensoras do estado laico e defensoras da democracia, apontamos que esse projeto viola completamente o estado laico, porque se baseia sim em concepções cristãs para impor uma legislação pública. É algo muito perigoso nos dias de hoje, já que a religião e o Estado são praticamente um cordão umbilical. Isso é prejudicial à nossa democracia.

Queridos, o projeto é ineficiente, porque há evidências abundantes – e eu sugiro

que o Vereador proponente pesquise sobre isso, conhecidas como metanálises – que comprovam a ineficácia e o risco das políticas de saúde baseadas na hipótese da abstinência sexual.

Então, companheiros, é muito falacioso propor uma semana de abstinência sexual com os jovens, porque é propor um cinto de castidade forçada, e que vai fazer com que adolescentes não parem de exercer sua sexualidade.

O que devia nos interessar nessa Casa, de fato, Vereadores e Vereadoras, são os inúmeros casos de abuso sexual de pastores, de lideranças religiosas, contra crianças e adolescentes. Esse tema sim nos interessa e, do ponto de vista religioso, deveria ser observado como uma questão de legislação pública para se combater.

Então, deveria nos interessar a denúncia da elitização infantil, estimulada muitas vezes por uma cultura de estupro. Então, nós como católicas, nos colocamos contrárias a esse projeto falacioso de castidade forçada.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado a você pela contribuição. Passemos, então, à terceira pessoa que é a Simony Cristina Teixeira dos Anjos. Está presente?

**A SRA. SIMONY CRISTINA TEIXEIRA DOS ANJOS** – Sim, Vereador, estou presente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Simony Cristina, é você?

**A SRA. SIMONY CRISTINA TEIXEIRA DOS ANJOS** – Isso, eu mesma.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Está um pouquinho baixo, se puder falar mais alto, de repente mais próxima. Bem-vinda, a senhora tem a palavra por três minutos, quando estiver em dois minutos, eu dou um toque.

**A SRA. SIMONY CRISTINA TEIXEIRA DOS ANJOS** – Está melhor agora? Conseguem me ouvir?

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Agora está melhor, mais satisfatório.

**A SRA. SIMONY CRISTINA TEIXEIRA DOS ANJOS** – Boa tarde a todas, a todos e a todes. Sou Simony dos Anjos, represento as Evangélicas pela Igualdade de Gênero, que é um coletivo de mulheres evangélicas e atua principalmente no combate à violência doméstica dentro das igrejas evangélicas. Foi fundada em 2015, justamente acolhendo uma série de mulheres que sofrem violências dentro de suas casas, às vezes dentro de suas comunidades de fé.

Então, falo como mulher evangélica, que nasceu dentro de uma igreja evangélica, eu sou a quarta geração de pessoas presbiterianas na minha família, a abstinência que é pregada dentro da igreja, que se parece muito com a argumentação colocada aqui do Eu Escolhi Esperar.

Aqui não estamos questionando se adolescentes devem ou não ter relações sexuais. Estamos questionando o modo como a igreja sempre orientou e os argumentos são sim os mesmos. Eu, como mulher evangélica, de berço evangélico, consigo identificar que as coisas que foram faladas aqui são as mesmas coisas que houve durante a minha adolescência, dentro das escolas bíblicas dominicais.

Não é eficiente, porque o número de meninas, inclusive dentro das igrejas evangélicas e dentro das igrejas católicas que engravidam, é muito grande.

Então, a gente quer falar de experiência, de quem acolhe essas meninas, de quem acolhe essas famílias, em que as meninas acabam grávidas. A primeira coisa que a gente quer colocar como evangélicas pela igualdade de gêneros é que o argumento não é laico.

Eu Escolhi Esperar é um movimento famoso entre jovens, que vem dos Estados Unidos, ou seja, não é um movimento específico do Brasil. É um movimento muito grande, como a minha colega Tabata já colocou, que tem financiamento privado e lucrativo para muitas fundações religiosas.

Mas, também, esse PL, que eu li, viu? Muitas pessoas estão comentando que acham que não, mas nós lemos o PL e ele não fala da principal fonte de gravidez na adolescência, que é sim o abuso sexual.

A Vereadora colocou o relato pessoal dela e eu quero colocar o meu relato pessoal aqui. O modo como a igreja e esses discursos falam que os adolescentes não devem fazer sexo, ao invés de informá-los como identificar um abuso sexual, como denunciar um abuso sexual ou como escolher ter uma vida sexual responsável, com responsabilidade no seu corpo e no corpo do próximo, levam a resultados que não são eficientes.

Ou seja, as meninas acabam se sentindo com medo, acuadas. Quando elas, porventura têm relação sexual ou são abusadas, se sentem pecadoras, se sentem com um peso. Então, elas se silenciam.

Então, esse projeto é um projeto de silenciamento das meninas. E esse silenciamento eu pude ver na minha adolescência dentro da igreja e é o que esse projeto vai estabelecer.

A Semana Escolhi Esperar coloca a escolha de esperar, mas coloca como a melhor escolha moral. O problema de estar numa escolha moral é que quando as pessoas se sentem erradas, elas se silenciam.

Se o projeto, se os Vereadores querem de fato estabelecer um projeto que combata a gravidez na adolescência, vamos recuperar a cartilha da saúde do adolescente. Vamos colocar projetos em que as UBSs, junto com um programa eficiente de educação sexual e parceiras com as escolas funcione; onde as escolas tenham parcerias com as UBSs.

Esse tipo de discurso foi prejudicial para muitas colegas minhas na adolescência. Foi prejudicial para mim no entendimento da minha vida sexual e nas minhas escolhas, enquanto mulher. A gente não permite que isso continue sendo usado como política pública. Não funciona dentro da igreja e não vai funcionar como política pública.

Obrigada a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado pelas considerações. Passando para o próximo convidado, que é o Everton Borges Ribeiro. Está com a gente, Everton?

**O SR. EVERTON BORGES RIBEIRO** – Olá, boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tudo bem, Everton? Seja muito bem-vindo

ao nosso debate, à nossa audiência. O senhor tem a palavra pelos próximos três minutos, eu dou um toque quando faltar um, tá?

**O SR. EVERTON BORGES RIBEIRO** – Pois não. Boa tarde a todos os presentes, às Vereadoras, aos Vereadores, eu sou assistente social, pesquisador e participo da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração contra Crianças e Adolescentes aqui da Cidade.

Acompanhei a audiência anterior e reparei que alguns colegas em suas falas – e hoje, também – destacaram, quanto a esse tema de gravidez na adolescência, justamente como ele se refere a direitos sexuais.

Então eu gostaria muito, com muito respeito inclusive, de propor a todos aqui um exercício, principalmente aos que estão numa relação heterossexual. É um exercício que deve descrever melhor o que são esses direitos sexuais que a gente fala, que alguns mencionaram anteriormente. Vamos lá.

Sabe-se que o método contraceptivo mais acessível para adolescentes, principalmente os que estão na periferia, são as camisinhas masculinas. Então eu gostaria que vocês se imaginassem conversando com seus parceiros sexuais sobre métodos contraceptivos, e que vocês, por algum motivo, vão ter de passar a usar a camisinha masculina como único método contraceptivo.

O desenrolar dessa conversa, caros, costuma não ser fácil, costuma envolver sentimentos difíceis de se lidar, como medo de rejeição, insegurança, desdém, constrangimento. E a mulher, nessa relação, se vê em desvantagem, já que a camisinha é masculina, logo depende da disposição do parceiro em usar. Percebem a dificuldade de se ter esse tipo de conversa? Isso para nós que somos adultos, amadurecidos, experientes.

Imaginem adolescentes tendo essa conversa. Imaginem uma menina adolescente, com seus 15, 16 anos tendo essa conversa. O que ela precisaria conseguir para ter um desfecho favorável a ela? Ela precisaria de autonomia para se impor, de confiança em recusar uma relação desprotegida. Ela precisaria reconhecer o que seu corpo é dela e que ela precisa

estar confortável para ceder esse corpo a alguém. Ela precisa se enxergar como um sujeito de direitos. O que ela pede não é um favor, mas sim um direito. É esse o ponto.

A estratégia explicitada na PL passa muito longe de gerar esse resultado sobre os adolescentes, de gerar esse tipo de reflexão que os adolescentes precisam ter, principalmente que as meninas sujeitas de direitos. Por isso eu gostaria que a gente pensasse nesse PL como uma oportunidade de romper essa construção social que faz com que mesmo mulheres adultas percebam esses limites de falar sobre o seu corpo diante dos seus parceiros.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade. Peço a todos muita reflexão sobre esse PL.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, Everton. Boas palavras. Obrigado por contribuir com a nossa construção.

A próxima é a Thayla Regina Oliveira da Silva. Se encontra?

**A SRA. THAYLA REGINA OLIVEIRA DA SILVA** – Oi, estou aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tudo bem? Como vai? Espero que esteja bem. Bom dia e a palavra é sua pelos próximos três minutos.

**A SRA. THAYLA REGINA OLIVEIRA DA SILVA** – Boa tarde.

Eu me chamo Thayla Regina, tenho 17 anos e faço parte do Centro da Juventude Rosa Mística. Entendo esse espaço como um lugar de direito e para discutir sobre leis que dizem respeito à criança e ao adolescente e me vejo no dever de participar.

Nós, crianças e adolescentes, precisamos sim sobre nossos direitos sexuais para termos total ciência que tudo tem suas consequências, sejam boas ou ruins. Ter informação nem sempre é o bastante para contribuir com a prevenção da gravidez ou ISTs.

Quando se fala em gestação na adolescência, é muito comum responsabilizar a menina pelo acontecido, mas não podemos descartar o fato de que também houve um parceiro que precisa ser responsabilizado, pois suas atitudes e falas como “isso tira a sensibilidade”, ou “se você realmente me ama” muitas vezes influenciam para que o ato aconteça sem o preservativo.

Quando existe uma comunicação aberta entre a família e a adolescente as ações são praticadas com mais responsabilidade, a adolescente se sente mais segura e protegida. Por isso é importante haver comunicação entre a família. Se ela não tiver apoio, cumplicidade e a quebra de barreiras para falar sobre sexualidade com os responsáveis, ela pode sim ter acesso à saúde com total sigilo nas UBSs.

A imposição da abstinência sexual não é a solução para a diminuição da gravidez na adolescência ou para termos menos casos de ISTs. Isso é só mais uma forma que encontraram para nos calar, terem menos preocupações. Nós, adolescentes, temos direito a informações sobre nossos direitos sexuais. Temos que nos impor e bater de frente para termos nosso respeito diante da sociedade. Também somos cidadãos e queremos respeito aos nossos direitos.

Agradeço a minha participação.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, Thayla.

Agora vamos chamar o sexto convidado, Vandenilson de Oliveira. Está por aí, cara? (Pausa) Não se encontra. Pena. Passemos ao próximo: Márcio Tavares da Silva, está com a gente? (Pausa) Também não. Próximo convidado, Dimitri Sales. Presente?

**O SR. DIMITRI SALES** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Espere aí, Dimitri, só um segundo. Eu estou vendo embaixo de você, aqui na minha tela, o Márcio Tavares. Márcio, está me ouvindo? Está com o microfone fechado, não sei se está me ouvindo. Eu te chamei. Você está olhando para mim. (Pausa) É muita coincidência ter dois Márcio Tavares. Bom, Márcio, se você puder se manifestar no *chat*, se conseguir se organizar aí, você vai entrar para ser ouvido, está bom?

Vou passar para o Dimitri. Dimitri, agora sim. Desculpe. Dimitri Sales é participante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo. Dimitri, infelizmente o tempo é pequeno, mas acho que você entende, é uma questão de isonomia, você tem três minutos com a palavra.

**O SR. DIMITRI SALES** – Boa tarde, Vereador Felipe, vereadoras e vereadores

presentes, quero saudar todos e todas.

Na condição de Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, eu gostaria de contribuir fazendo uma reflexão acerca do que seja responsabilidade pública por um lado e, do outro lado, autonomia que os indivíduos têm tanto sobre seus corpos como sobre suas decisões.

A prevenção da gravidez, de DSTs ou ISTs se faz efetivamente com métodos contraceptivos ou com campanhas de conscientização para uso de preservativo ou outras medidas que evitem a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, especificamente na base da camisinha.

Esse debate opõe, de um lado, a autonomia do sujeito sobre a realização da prática social, do outro lado, obrigações do poder público, obrigações essas que se centram tanto no dever da conscientização, de um processo de formação e de informação acerca de métodos contraceptivos, como também políticas de repressão ao cometimento de abusos como, por exemplo, práticas de abuso sexual ou estupro.

Não há possibilidade, no âmbito do Estado de Direito, de uma interferência do Estado na vida privada do sujeito. Não há como se constituir políticas públicas que decidam ou que interfiram nas decisões que dizem respeito exclusivamente à vida privada dos indivíduos. Não se admite, do ponto de vista legal, excetuando-se evidentemente casos de crimes, uma interferência do Estado para regular qualquer tipo de opção que diga respeito às intimidades, especificamente à sexualidade dos indivíduos.

Cabe ao Estado tão-somente adotar medidas preventivas que se dão no campo da conscientização, e não de estímulos que têm como fundamento, já que não há fundamento legal, tão-somente em aspectos morais. E aí cabe ressaltar que na razão pública, aquilo em que o Estado deve se guiar, que está restrito ao campo da normativa, da legalidade, a moral não dialoga.

A moral pode servir no processo de elaboração, afinal de contas estamos numa sociedade pluralista, mas na concretização das ações do Estado a moral se limita ao campo da

subjetividade de cada indivíduo, não a guiar a orientação do Estado.

Como tal, não se deve configurar políticas públicas centradas nos aspectos morais, sob pena de vícios sobre a possibilidade de se violar princípios como pluralismo político ou mesmo a laicidade do Estado e, ainda mais, a própria razão (ininteligível) que guia a atuação do Estado. Deixar de cumprir os precedentes ou as obrigações da razão pública é irresponsabilidade estatal.

Infelizmente, Felipe, nosso tempo é muito curto, mas essas são as contribuições que a gente tem para o debate.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Aliás, peço desculpa a todos, mas a gente tem de reduzir o tempo mesmo para que todos participem. Mas estou particularmente bem satisfeito com essa chance de que todos os munícipes que querem contribuir falem. Obrigado pela contribuição.

Nono convidado, Rafael Paes Gavazzi Cardoso. Está por aí?

**O SR. RAFAEL PAES GAVAZZI CARDOSO** – Sim, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tudo bem? Como é que vai? Boa tarde. O senhor tem o uso da palavra pelos próximos três minutos.

**O SR. RAFAEL PAES GAVAZZI CARDOSO** – Boa tarde, Presidente Vereador Felipe Becari. Queria parabenizar o Vereador pela condução dos trabalhos.

E queria dizer que nesse projeto do Vereador Rinaldi Digilio ele aduz de forma clara sobre a conscientização dos problemas que a gravidez precoce traz para a adolescência. A adolescência é um período muito rico da nossa vida, em que ocorrem várias manifestações emocionais e outros tipos de sentimentos. Então é necessário que nesse período da nossa vida exista uma orientação e esse é o ponto que o projeto acaba nos trazendo.

Não sei por que algumas pessoas acabam tendendo a levar a questão que é discutida no projeto para lado religioso, sendo que o projeto não cita de forma nenhuma, em nenhum momento, qualquer assunto religioso nele. Pelo contrário, é uma conscientização aos

nossos adolescentes.

Se a gente for pesquisar, a OMS diz que a gravidez na adolescência é a que ocorre dos 10 aos 20 anos de idade, e é apontada pela própria Organização...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Oi? Terminou? Não. Cortou, não é?

**O SR. RAFAEL PAES GAVAZZI CARDOSO** – Presidente, voltou.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Pode concluir.

**O SR. RAFAEL PAES GAVAZZI CARDOSO** – É uma questão que traz inclusive preocupações à mãe e ao recém-nascido, e pode acarretar vários problemas sociais e biológicos a essa mãe e para a criança também. Então é uma gravidez de risco e o projeto traz isso para a gente, uma semana de conscientização.

Sou totalmente a favor desse projeto. Inclusive a coordenadora do Núcleo de Atenção à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente diz que os riscos à saúde da mãe e do bebê são muitos, como prematuridade, anemia, aborto espontâneo, depressão pós-parto, dentro outros riscos e outros fatores tanto para a mãe quanto para o bebê.

Então sou totalmente a favor desse projeto, Presidente, queria deixar clara a minha posição. Não entendo por que algumas pessoas gostam de mencionar questões religiosas, sendo que o projeto, você lendo na íntegra, não cita nada religioso. Essa é a minha posição e eu gostaria de agradecer a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, Rafael, pela participação e pela contribuição.

Carlos Eduardo Nantes de Almeida, está por aí? (Pausa) Infelizmente não. Caso venha, se manifeste. Número 11, Noemia Portela de Azevedo. (Pausa) A Noemia está aí, mas não quer falar, é isso? (Pausa) Está bom, Noemia. Obrigado pela audiência, por estar aprendendo com a gente hoje aqui.

Número 12, Leticia Santos, está por aí? (Pausa) Também não. Número 13, Gisela Foz.

**A SRA. GIZELA FOZ** – Oi, Presidente Felipe. Tudo bem?

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tudo bem, Gisela? Muito bem-vinda. Boa tarde. A senhora tem o uso da palavra pelos próximos três minutos.

**A SRA. GIZELA FOZ** – Muito obrigada. Primeiramente, boa tarde. Meu nome é Gizela, tenho 26 anos, sou considerada jovem ainda.

Sou Coordenadora Nacional da Aliança Internacional Jovem pelo Planejamento Familiar e fico muito feliz de participar deste importante debate que impacta diretamente a vida e o futuro dos nossos jovens. Todo mundo concorda que a gravidez na adolescência é um problema grave e deve ser combatido. Mas se a gente quer fazer esse combate de forma inteligente, fazer bom uso dos recursos, a gente precisa se pautar nos estudos e nas experiências.

O programa centrado em abstinência priva a juventude de informações importantes sobre prevenção de ISTs, de gravidez, de abuso, de exploração. A gente não tem uma política consistente de educação sexual no nosso estado nem na nossa cidade. E esse projeto...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

**A SRA. GIZELA FOZ** - ...que são eficazes de fora. A gente está num país, como a gente já comentou, todo mundo levantou essa questão, que em 2018 teve 435 mil nascimentos de crianças de mães que tinham entre 15 e 19 anos. Essas mães, muito provavelmente a maioria não conseguiu completar os estudos, não conseguiu seguir uma carreira, entrar no mercado de trabalho formal. Nossa taxa de gravidez na adolescência é muito superior à média mundial, como a gente já comentou.

Mas é importante a ressaltar que o que está em pauta nesse PL é uma política pública essencial, assim como outras políticas, que tem de ser feita com embasamento teórico científico. O proponente trouxe a experiência em Uganda e dos Estados Unidos, mas foram experiências muito ineficazes, onde houve muitos insucessos.

Em Uganda, eles apenas conseguiram diminuir a taxa de transmissão do HIV com diversas outras políticas, fazendo uma abordagem interdisciplinar e intersetorial. Não foi a

abstinência que trouxe essa questão, tanto que no país, hoje, a gravidez atinge  $\frac{1}{4}$  das adolescentes. Portanto, abstinência sexual não resolveu o problema da gravidez na adolescência.

Nos Estados Unidos, também, a situação é diferente. Há estudos que eu coloquei em vários *links* no *chat*, quem tiver interesse pode pesquisar, outras pessoas também colocaram, que mostram que não foi pautada a abstinência sexual, não resolveu o problema.

Como o Vereador também trouxe a questão da fábrica de pobres, é importante ressaltar que, no Brasil, 60% das vítimas de abuso sexual são menores de 13 anos. Como que um programa de abstinência tem intenção de mudar esse quadro? Se é um programa que fala com essa juventude, mas não considera as suas experiências não considera os abusos que acontecem reiteradamente no seio familiar.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Concluindo.**

**A SRA. GISELA PIRES FOZ DE BARROS** - A educação sexual integral adequada para a faixa etária é responsável não só por evitar gravidez na adolescência, mas também tem papel importante na proteção das nossas crianças de abuso e exploração.

Eu acho importante a gente trazer aqui a fala da Tayla como jovem, eu também como jovem, as experiências dos jovens no acesso aos insumos...

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – O microfone está desativado.**

**A SRA. GISELA PIRES FOZ DE BARROS** - Alguém ativou o mudo para mim.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Não. Acho que houve algum erro. Pode concluir.**

**A SRA. GISELA PIRES FOZ DE BARROS** - Só para concluir, acredito que o que a Thayla trouxe e o que eu trago, enquanto juventude, é que não importa se existe camisinha no postinho, ela tem que chegar e não é só ter a camisinha. Uma campanha de abstinência não traz todas essas questões, não traz opções e não favorece a autonomia do jovem, não serve para todos.

É basicamente isso, se a gente está preocupado com a gravidez na adolescência

precisa pautar isso de forma responsável e científica.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, Gisela. Obrigado pela contribuição.

A próxima inscrita é a Sra. Vivian Mendes. Está conosco? (Pausa) Infelizmente, não. Passemos ao número 15, a Sra. Camila Furchi. (Pausa) A próxima é a Sra. Ana Laura Cardoso Oliveira.

**A SRA. CAMILA FURCHI** - Estou aqui, Sr. Presidente. Camila Furchi.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Sra. Camila, muito bem. Muito bem-vinda, boa tarde. A senhora tem a palavra pelos próximos três minutos, eu alerta quando chegar a mais ou menos 40 segundos. Está bom?

**A SRA. CAMILA FURCHI** – Ok. Obrigada. A gente fica um pouco confusa ouvindo esse debate, porque vocês que apoiam esse projeto dizem que ele não tem cunho religioso, mas eu queria entender por que o nome é: escolhi esperar, se esse nome é uma campanha cristã, que prega, entre outras coisas, essa espera para iniciar a vida sexual.

Por que o Dr. Tiago de Melo, convidado para a primeira audiência, dentre outras atribuições que tem, ele é consultor científico dessa campanha?

Outra questão que se tem falado aqui, foi falada muito na primeira audiência, é sobre a ausência de políticas. Eu queria perguntar para o Vereador proponente e para os Vereadores e Vereadoras que estão apoiando esse projeto, se eles sabem, se conhecem os programas que existem hoje, atualmente, na Secretaria Municipal de Saúde.

Pergunto se a Secretaria Municipal de Saúde está sabendo dessa discussão que está sendo feita aqui na Câmara Municipal de São Paulo. Porque é muito triste a gente, inclusive, observar aqui a manipulação de dados científicos.

Muito foi citada aqui a Sociedade Brasileira de Pediatria, mas ela também se posiciona contra à abstinência sexual como método anticonceptivo. A gente não tem dúvida de que a gravidez na adolescência é um problema grave, sério na vida das meninas e para o

Estado. Quando as pessoas questionaram a fala de uma companheira que me antecedeu, a Tabata, que traz a questão dos recursos, o problema também onera o Estado. A gente sabe disso. A gente só precisa entender.

Eu também gostaria, como munícipe, porque me parece pelas coisas que ouvi aqui, que os Vereadores e Vereadoras que estão apoiando esse projeto desconhecem a política municipal que existe na cidade de São Paulo que dispõe de ações para enfrentar as questões da gravidez na adolescência. Por que não estamos discutindo aqui a melhoria desses programas?

Quero dizer, também, do desconforto que foi o início desta audiência, com troca de farpas indiretas e desnecessárias. Eu acho que o Vereador que tem contato com a Vereadora Juliana Cardoso pode tratar dessas farpas que ele trouxe aqui. A gente não precisava ter visto isso. Achei desnecessário e deselegante. Mais uma vez, desnecessário.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado pelas palavras, principalmente da parte que me toca. Passo para a próxima a Sra. Ana Laura Cardoso Oliveira. (Pausa) Vou passar rapidamente cinco nomes, vamos ver se a pessoa entrou na sala: Rafael Paes Gavazzi Cardoso, Carlos Eduardo Nantes de Almeida, Noêmia Portela Azevedo, Letícia Santos, Vivian Mendes. (Pausa) Ninguém, mesmo? Vou chamar a 17º inscrita a Sra. Paula Kauffmann Sacchetto.

**A SRA. PAULA KAUFFMANN SACCHETTO** - Estou aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Boa tarde, seja bem-vinda, a senhora pode fazer uso da palavra pelos próximos três minutos. Está bom.

**A SRA. PAULA KAUFFMANN SACCHETTO** - Está bom. Muito obrigada.

Meu nome é Paula, faço parte do Coletivo Juntas, que luta pelos direitos das mulheres em todo País. Acho que esse é um debate muito importante de ser realizado. Considero que esse projeto não ter sido aprovado quando foi a Plenário foi um passo muito importante para que o debate se desse de maneira responsável.

O PL em questão está sob a premissa muito equivocada de que o problema da gravidez na adolescência se trata de uma falta de informação sobre a escolha da abstinência, como se as meninas na cidade de São Paulo engravidassem porque não sabem que tem a escolha pela abstinência.

Isso é uma mentira. É uma doutrina, inclusive, secular que resiste há muitos séculos sobre as mulheres, mas que nunca funcionou.

O apelo religioso pela abstinência é claro, o PL não fala abertamente sobre religião, mas ele está sobre os preceitos de uma doutrina religiosa que existe há muitos anos. Inclusive, como várias pessoas que me antecederam citaram, o PL leva o nome de uma campanha religiosa, por mais que queiram esconder.

Existem, inclusive, várias declarações da Sociedade Brasileira de Pediatria que aponta a política de abstinência como falha, que ela não retarda o início das relações sexuais, não altera o comportamento de risco das adolescentes do Brasil. Eles citam, inclusive, como exemplo diversos programas aplicados nos Estados Unidos que, como a pessoa que antecedeu falou, são voltados para esse modelo de abstinência, mas são muito criticados lá fora, justamente porque há um alto custo e baixíssima eficácia.

Esses programas, além de tudo, violam os direitos humanos porque não instruem as adolescentes para o uso dos preservativos ou contraceptivos. Eles não instruem as adolescentes também sobre o tema do abuso sexual que, como várias pessoas também aqui citaram, é uma das principais causas.

Várias pessoas no *chat* estão falando que eu deveria ler o projeto. Eu li. O projeto fala justamente, como é o nome dele, sobre abstinência sexual. É disso que estamos tratando aqui, não é uma política efetiva, nunca foi. Não é um modelo realista para ser combatido. O que nós precisamos é de educação sexual para contracepção, para que as adolescentes possam ter condições para...

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Concluindo.**

**A SRA. PAULA KAUFFMANN SACCHETTO - Encerrando. Para identificar**

situações de abuso sexual e se sentirem confortáveis nas escolas ou nos postos de saúde para dizer sobre os abusos que sofrem.

O estupro, por exemplo, não se trata de escolha, não é abstinência. São séculos de política de abstinência e a história provou que não funciona. É uma política equivocada que vai acarretar problemas ainda mais graves para as mulheres jovens que não terão condições de ter seus direitos alcançados.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado pela contribuição, Paula. Vamos passar para a próxima, a Sra. Valquiria Correia. (Pausa) A próxima é a Sra. Ubimara da Silva Ding. (Pausa) A próxima é a Sra. Mônica Cruz Tenório dos Santos. (Pausa) O próximo é o Sr. Fabio Silva Campos. (Pausa)

**O SR. FABIO SILVA CAMPOS** - Sr. Presidente, estou presente, mas desisto de falar. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tudo bem, Fabio, boa tarde. Obrigado pela participação, antecipadamente. O senhor tem a palavra pelos próximos três minutos. Está bom?

**O SR. FABIO SILVA CAMPOS** – Eu abro mão. Só estou ouvindo e meditando. Qualquer coisa coloco no *chat*. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Ele desistiu. O próximo é o Sr. Alex Januário. (Pausa) O próximo é o Sr. Saulo Inácio da Silva. (Pausa) O próximo é o Sr. Paulo Henrique Costa e Silva. (Pausa) Bem-vindo, tem a palavra pelos próximos três minutos, vou alertá-lo quando faltar um pouco. Está bom?

**O SR. PAULO HENRIQUE COSTA E SILVA** – Perfeito. Obrigado, boa tarde.

Quero cumprimentar, em primeiro lugar a Comissão, na figura do Presidente, o Vereador Felipe Becari, aproveito para cumprimentar os demais Vereadores, participantes desse importante debate, assim com os demais representantes da sociedade civil.

Sou especialista em Direito Público Tributário, mas hoje participo como um dos

líderes do Conjunto Creio, um movimento de jovens adolescentes cristãos, da Assembleia de Deus do Ministério do Belém, que hoje conta com a participação de mais de 50 mil, numa estimativa de 80 mil jovens.

Quero aproveitar esse tempo curtíssimo para, em primeiro lugar, parabenizar pela iniciativa o Vereador Rinaldi Digilio e os Vereadores que têm apoiado o PL e a semana do escolhi esperar.

Em primeiro lugar, quero fundamentar o meu apoio a essa semana e ao PL, na nossa Constituição. O artigo 1º da Constituição Federal diz que nós somos definidos como um estado democrático de direito. Isso significa que a premissa do Estado Brasileiro, a pedra fundamental do Estado Brasileiro, é o direito de escolha. Nós nos intitulamos como democráticos. Falar em democracia é falar em poder e escolher.

Esse projeto de lei é exatamente sobre poder e escolher, ou seja, dar ao jovem, ao adolescente, o direito de escolha de não seguir um modelo pronto imposto pela sociedade, que .Oé um fato comprovadamente falho, que oculta a sexualidade, ao sexo livre, à exposição do corpo, coisas que a gente vê reiteradamente pregadas na nossa sociedade, por algumas autoridades públicas e que estão levando a nossa sociedade ao fracasso, ao modelo pronto.

Quero lembrar que o relacionamento sexual não é única e exclusivamente para concepção, já há muito tempo inclusive defendido pelo catolicismo e pelos cristãos. Isso significa que o sexo envolve um relacionamento emocional e sentimental. O adolescente e o jovem têm de ter o direito de se envolver ou não. Simplesmente, entender que ele tem a escolha de fazer isso ou não.

Quero aproveitar para dizer, também baseado em algumas pesquisas americanas e confirmadas pelo Datafolha, que a sociedade atual é a que menos faz sexo em muitas gerações.

Recentemente, houve uma discussão em um programa da Globo, o *Big Brother*, a ganhadora de nome Juliette disse fazer parte desse movimento porque estava cansada dos relacionamentos superficiais.

Encerrando, nobre Vereador, quero colocar aqui o apoio e dizer que não se trata simplesmente de uma medida contraceptiva de abstinência sexual, mas se trata de dar a escolha ao jovem e ao adolescente de proteger também os seus sentimentos, suas emoções e seu coração.

Por isso, somos absolutamente a favor desse projeto de lei, apoiamos o Vereador Rinaldi Digilio e os demais Vereadores que tem acompanhado esse projeto.

Muito obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado pela contribuição. Então, passemos ao próximo, que é o Sr. Dimas dos Santos Oliveira. Está por aí? (Pausa) O próximo é o Sr. João Vitor Morais Medeiros.

**O SR. JOÃO VITOR MORAIS MEDEIROS** – Sim, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tudo bem? Como é que vai? Boa tarde. Seja muito bem-vindo. O senhor tem a palavra pelos próximos três minutos. Está bom?

**O SR. JOÃO VITOR MORAIS MEDEIROS** – Vou usar até menos que três, Presidente. Quero dar boa tarde ao Sr. Presidente, aos demais Vereadores e aos ouvintes que também estão participando desta audiência. Passo minha oportunidade para o próximo inscrito, mas faço aqui já o meu voto a favor desse projeto. Sou a favor e quero parabenizar, também, o Vereador Rinaldi Digilio. Também faço minhas as palavras da Vereadora Rute Costa.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado. É só isso? O senhor encerra aqui, então, a palavra?

**O SR. JOÃO VITOR MORAIS MEDEIROS** – Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Legal! Obrigado pela participação. Vamos, agora, então, para o Sr. Ricardo Pupo Nogueira Simões.

**O SR. RICARDO PUPO NOGUEIRA SIMÕES** – Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tudo bem, Sr. Ricardo? Como é que vai? Seja muito bem-vindo à nossa audiência pública. O senhor tem a palavra pelos próximos três

minutos.

**O SR. RICARDO PUPO NOGUEIRA SIMÕES** – Obrigado. Eu falo como cidadão, como pai, como avô, como bisavô, como microempresário e como alguém preocupado com o futuro dos jovens, das crianças e dos adolescentes.

Se todos nós consideramos que a gravidez precoce é um problema sério que precisa de uma atenção especial, não entendo por que um programa que trata de prevenção e conscientização sobre esse problema ser contestado. O mesmo grupo que diz que luta pela democracia e pela liberdade quer proibir as pessoas de manifestarem suas opiniões e os adolescentes de pensarem.

Neste mundo erotizado, onde crianças e adolescentes são bombardeados por imagens, vídeos, músicas que estimulam a atividade sexual, é preciso mostrar para eles que esse não é o único caminho a seguir. A vida é feita de escolhas e, para ter escolhas, eles precisam ter mais de uma opção para poderem escolher. Senão, eles serão direcionados a um único caminho.

É preciso mostrar que os adolescentes não são obrigados a iniciarem uma vida sexual ativa aos 10 ou 12 anos. Precisam saber que é possível esperar, para que esse início se dê quando tiverem mais maturidade para assumirem as consequências desses atos, assumirem uma maternidade, uma paternidade, uma vida a dois, etc.

É preciso alertar sobre as consequências de uma gravidez precoce, que pode gerar, na melhor das hipóteses, uma criança, mas que, muitas vezes, levam as adolescentes a permitir que matem seus filhos no seu ventre, o que pode produzir sérias sequelas físicas e psicológicas. Sabe-se que essas sequelas não atingem só as mães que cometeram o aborto, mas existem pais e pessoas que conduziram as meninas ao aborto. No futuro, se arrependem e sofrem várias sequelas psicológicas – até médicos abortistas.

Se é permitido distribuir camisinha e anticoncepcionais, também é preciso alertar sobre as possíveis falhas desses métodos e suas consequências. Afinal, nenhum deles garante 100%. Não é questão de impor a prática sexual e nem a abstinência. É questão de

esclarecer sobre as consequências de qualquer uma dessas decisões, para que eles possam decidir, conscientes.

Sabemos que no final a decisão será dos adolescentes. Por isso, eles precisam estar bem cientes sobre as duas opções: iniciar ou não a vida sexual. Não podemos induzi-los à prática sexual, como se fosse a única opção. Não vivemos em uma ditadura onde um manda e todos obedecem. Vivemos em uma democracia onde as pessoas podem decidir, mas, para decidirem, precisam conhecer os diversos caminhos pelos quais podem optar.

Encerrando, eu só lembro que o programa será desenvolvido sem prejuízo de outras medidas a serem atribuídas. Portanto, não vejo o porquê desse desespero em acusar o programa.

Obrigado a todos. Tenham uma boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Sr. Ricardo, sou eu quem agradece a participação. Muito obrigado. Passemos à próxima, que é a Sra. Rose Santiago. Está por aí?

**A SRA. ROSE SANTIAGO** – Estou aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tudo bem? Como é que vai?

**A SRA. ROSE SANTIAGO** – Boa tarde, Presidente. Eu estou bem. Espero que esteja bem.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Sim, graças a Deus. Boa tarde, então. A senhora pode usar a palavra por três minutos. Está bom?

**A SRA. ROSE SANTIAGO** – Obrigada. Quero parabenizá-lo pela condução dessa Mesa e dizer que eu sou Rose Santiago, Presidente do Cervi, Centro de Reestruturação para a Vida, uma ONG que trabalha com adolescentes, jovens e mulheres adultas, na prevenção da gravidez e no acompanhamento de uma gravidez inesperada, vítimas de violência e vítimas de abuso. O Cervi tem 21 anos e ao longo desses 21 anos nós temos trabalhado com a prevenção nas escolas, nas comunidades, para adolescentes, da gravidez inesperada e das ISTs.

Eu venho afirmar que, em uma escola, dando um exemplo, onde fizemos esse

programa, o índice de gravidez e de transmissibilidade de ISTs caiu radicalmente. O que eu admirei e vejo nessa proposta é que ela, em nenhum momento, fala sobre religião ou obrigatoriedade, porque os jovens, os adultos e os adolescentes, nas escolas, têm aula, sim, de educação sexual, de ciência, de biologia. Então, essa proposta é mais uma escolha no leque todo e é uma proposta para prevenção.

O que nós concluímos no Cervi ao longo desses 21 anos de experiência é que, quando se trabalha a autoestima desse ou dessa adolescente, as coisas mudam e são oferecidos para eles, já, todos os tipos, todos os métodos, preservativos e tudo isso. Por que não outra opção?

No artigo 1º desse projeto de lei, diz-se: “medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução e incidência”. Então, eu, mais uma vez, digo: não é obrigatoriedade. É uma proposta de escolha. Em nenhum momento se diz “religião”, mesmo porque a defesa da vida, a prevenção e a autoestima, tudo isso no pacote, são uma forma e são parte da ciência. A ciência não necessariamente precisa ser religiosa e vice-versa. É importante. No artigo 2º, a exposição e a divulgação do material explicativo são a proposta. Em nenhum momento é impositivo.

A terceira coisa é que o acesso será gratuito. As palestras não vão onerar em nada o Estado e nem o Município de São Paulo.

Nos Estados Unidos, como foi falado, já para encerrar a minha fala, existe, sim. Eu conheço, sim, vários projetos, participando e vendo que o resultado é positivo quando se trabalha a autoestima das adolescentes. Diminui, inclusive, o índice de suicídio na adolescência, que é algo que nós estamos tendo em número absurdamente alto.

Então, a minha contribuição é, sim, de apoio, porque trabalha na prevenção como uma forma de contracepção, pois o aborto nunca foi, não deve ser e não é método contraceptivo.

Encerrando, uso as palavras da Vereadora Rute Costa, que diz que a informação, por meio da Educação, pode promover a elucidação.

Muito obrigada pela oportunidade. Um abraço a todos!

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado. Agradeço pelas contribuições. A próxima na lista é a Sra. Elaine Cristina Teixeira Cancian. Está por aí?

**A SRA. ELAINE CRISTINA TEIXEIRA CANSIAN** – Estou sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tudo bem, Sra. Elaine? Como é que vai? Seja muito bem-vinda à nossa audiência. Boa tarde. A senhora tem o uso da palavra pelos próximos três minutos.

**A SRA. ELAINE CRISTINA TEIXEIRA CANSIAN** – Tudo bem? Boa tarde ao senhor e a todos os participantes.

Eu venho aqui como pedagoga e mãe. Tenho filhos adolescentes – inclusive, uma menina. Eu acredito nesse projeto, porque é necessário ter uma nova opção. Nós precisamos disso.

Quando adolescente, eu fui vítima de um relacionamento abusivo, de que resultou uma gravidez não planejada. Eu não decidi pelo aborto, porque nunca fui a favor. Porém, muitas acabam, no desespero, decidindo por isso. Então, eu acredito que, se eu tivesse essa oportunidade de decidir, de me cuidar, de entender que o meu corpo não poderia ser somente um objeto, que eu poderia ter cuidado de mim melhor... Porque é isso...

Os adolescentes precisam de confiança – e não são só as meninas, como já foi dito, mas os meninos, também, porque muitos meninos acabam sendo pais por conta de a menina forçá-lo. Eu já ouvi muitos casos – quando eu era jovem, também: “Eu vou engravidar, pois, assim, eu o seguro.” Então, os meninos também são vítimas. Nós temos aí meninos e meninas envolvidos e eu acredito muito nisso. Falo isso para a minha filha. Explico para ela e achei excelente o projeto, por conta de dar outra opção.

Foram faladas várias coisas – que no projeto tem, inclusive. Nós não vamos falar só de escolher esperar. Nós vamos falar de outras prevenções. Bem falou o Vereador Sansão. Em sua fala, leu o projeto – e parece que bastantes pessoas não leram ou estão só pensando em deturpar o que o projeto diz.

Nós precisamos conscientizá-los, sim. É nosso dever, como pais, como cidadãos, efetivamente, ir até esse jovem, conscientizá-lo, dizer para ele que ele pode esperar, sim. O sexo não é para ser liberado a qualquer momento da vida. Criança tem de brincar. Criança tem de estudar. Criança tem de aprender. Criança tem de ser criança. Jovem tem de aproveitar a vida e não é liberando o sexo que nós vamos fazer com que eles tenham consciência.

“Ok, você quer fazer? Então, está aqui. Você tem esse, esse e esse método. Ah, você decidiu esperar? Ótimo! Então, acontece assim, assim e assim.” Eu acredito nisso. Passo isso para a minha filha. Eu tenho uma menina de 14 anos e eu acredito nisso por ter sido vítima de um relacionamento abusivo.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado, Sra. Elaine, pelo seu depoimento. Passamos, agora, para a pessoa de número 30 da lista, Sra. Nathália Prado de Andrade. Está por aí?

**A SRA. NATHÁLIA PRADO DE ANDRADE** – Olá, Vereador Felipe. Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tudo bem? Como é que vai? Seja muito bem-vinda. A senhora tem o uso da palavra pelos próximos três minutos. Está bom? (Pausa) Aqui, congelou a imagem. Caiu. Acho que agora está entrando de novo. Espere. Deixe-me admiti-la aqui. Sra. Nathália, me ouve?

**A SRA. NATHÁLIA PRADO DE ANDRADE** – Vereador Felipe, retornei. Desculpe. Caiu a minha conexão.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Boa! Imagine. Seja muito bem-vinda. Boa tarde. Pode falar por três minutos.

**A SRA. NATHÁLIA PRADO DE ANDRADE** – Perfeito, Vereador Felipe! Agradeço o espaço.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Acho que caiu de novo. É problema de conexão. Vou seguir aqui e daqui a pouco eu a chamo. Está bem, Sra. Nathália? Deixe-me ver. Pode falar quando estiver entre uma... Está pedindo, de novo. Esperem aí, gente. (Pausa) Sra.

Nathália, está me ouvindo? Vamos tentar de novo. Caso não dê, reinicie e, daqui a pouco, quando voltar, terá o seu tempo de fala. Está bom? Está me ouvindo, agora? (Pausa) Não, infelizmente. Daqui a pouco, volta. Sra. Nathália, se estiver me ouvindo, daqui a pouco tentaremos colocá-la no ar. Está legal?

A próxima é a Sra. Vera Lúcia Vieira.

**A SRA. VERA LÚCIA VIEIRA** – Olá! Boa tarde a todos. Tudo bem?

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Tudo bem, Sra. Vera Lúcia? É o nome da minha mãe. Seja muito bem-vinda. Boa tarde. A senhora tem o uso da palavra pelos próximos três minutos. Está bem?

**A SRA. VERA LÚCIA VIEIRA** – Muito obrigada. Eu cumprimento todos os presentes na sua pessoa. Estendo minhas homenagens ao brilhante projeto apresentado pelo Vereador Rinaldi Digilio, referendado e muito bem explicado cientificamente pela Dra. Akemi. Aproveito os brilhantes esclarecimentos prestados por ela, porque é a parte científica da história.

Eu, aqui, sou advogada. Também sou tributarista. Trabalhei em serviço público por muitos anos. Hoje, pertenço à Comissão em Defesa da Vida da Diocese de Santo André e atendo meninos em situação de risco, pessoas em situação de risco. Então, é uma gama muito grande.

Tem de haver muita cautela para alguém falar mal desse projeto, porque, para falar mal, primeiramente, precisa ter lido. Como bem disse a Dra. Akemi, aqui, a prevenção, aqui, é primária. Em um primeiro momento, é a informação. Quem, aqui, é contra informação? Só aquele que quer desinformar. Eu acredito que não é o caso de ninguém, aí, porque, aliás, estamos em uma Casa de Leis. Esperamos que as pessoas que nos representam façam esse papel com destreza, com atenção, com cuidado, mormente, por se tratar de criança e adolescente.

Todos nós estamos em situação de risco em uma situação dessas, porque uma gravidez ou uma erotização das nossas crianças, como tem sido feito reiteradamente na mídia

e em todos os cantos que vemos – não vou aqui perder tempo com isso –, atinge a família como um todo, independentemente do credo, do partido político, porque é impossível que alguém possa chegar e dizer: não, isso fere, isso fere. Não, gente. Esse projeto atende o que está no art. 227 da Constituição Federal, atende todos os ditames do ECA. Eu os conheço de cabo a rabo - desculpa o palavreado bem doméstico - mas estou aqui como cidadã. Sou advogada há mais de 30 anos, mas estou aqui falando enquanto mãe, avó que sou. Ele só normatiza uma parte que talvez tenha sido esquecida. Quem vai dar efetividade são os profissionais habilitados para isso: educação, saúde e tantos outros, cientistas e tudo mais. Então falar, que nesse primeiro momento, fere isso, fere aquilo. Sabem o que fere? É ir a uma escola - como eu já vi - porque faço palestras também em escolas e em todos os lugares que nós podemos entrar, vamos falar da decência da mulher. Não decência no sentido moral, mais do valor que nós temos: do nosso corpo, da nossa vida privada, da nossa conscientização, enquanto pessoa de direito independentemente do tamanho, da idade, da profissão.

Esse projeto dá um quê maior que vai atingir algumas pessoas que não querem isso. Por exemplo: chega numa escola - pude observar isso, não estou falando de notícias que eu vi - presenciei crianças de 8, 10, 12 14 anos, meu corpo minhas regras. Vírgula. Quem faz isso em uma sala de aula, quem faz isso uma instituição ou quiçá nesses rincões que tem o nosso Estado está cometendo um crime. Sabiam ou não? Quem faz isso e vai lá dizer que o corpo da menina de 10, 12, 14 anos, que pode engravidar e sair para as quebradas, está exercendo o direito. Isso é uma falácia. Isso é não ter respeito por ninguém, inclusive, por si próprio. Parece que não aprendeu a ter. Outra coisa, não é de cunho religioso, não! Ainda se fosse eu defenderia a minha religião, sim. Eu não defendo é partido político que ataca a população, nossas crianças, colocam cartilhas na escola com Educação Sexual de 0 a 3 anos.

Concluindo. Apoio o projeto em número. Li minuciosamente. Parabéns para todas as pessoas que direta ou indiretamente participaram. Acredito que faltou isso em São Paulo, uma cidade como São Paulo merece respeito, nossas crianças merecem respeito. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** - Muito obrigado pela contribuição Vera Lúcia.

Próximos inscritos: Sra. Dilma Lessa Teixeira. (Pausa) Ausente. Sr. Jefferson Luiz da Silva. (Pausa) Ausente. Sra. Regina Ventura. (Pausa) Ausente. Sra. Vanessa Morais Oliveira Gonçalves. (Pausa) Ausente. Sr. Tiago Barbosa Martins. (Pausa) Ausente. Sra. Emile Brito. (Pausa) Ausente. Com a palavra a Sra. Luciane de Almeida Jabur.

**A SRA. LUCIANE DE ALMEIDA JABUR** - Boa tarde a todos. Venho aqui representando o Conselho Regional de Psicologia. Sou Presidente da Comissão de Ética do Conselho do Estado de São Paulo. Para posicionar o Conselho, trago nosso primeiro princípio fundamental estabelecido pelo nosso Código de Ética, que é baseado no nosso exercício profissional pautado nos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pautado pelo acesso e garantia de Direitos Humanos.

Venho aqui lembrar aos presentes sobre o que são os direitos sexuais e reprodutivos. São direitos que envolvem a livre expressão da sexualidade sem medo, sem falsas crenças, sem discriminação e sem posições. É disso que se trata e é disso que estamos falando aqui. E é isso que precisamos defender. Como todas as pessoas aqui expuseram, é uma situação gravíssima, a situação da gravidez na adolescência. E para que possamos de fato cuidar de maneira comprometida e séria, em relação a uma situação séria, é necessário que lancemos olhares sobre a realidade para que possamos entender, realmente, o que significa prevenção e o que significa fazer escolhas. Qual é a nossa realidade? De uma sociedade machista, que desde que a mulher nasce imprime a ela relações de dominação de gênero, que portanto objetifica a mulher nessas relações. Olhar, também, para o importantíssimo dado de que 40% dos adolescentes que engravidam, engravidam em virtude de abuso sexual, de violência sexual. Esse dado jamais poderá ser invisibilizado para que possamos pensar em uma ação que de fato seja efetiva, seja eficiente. Isso está sendo ignorado por esse projeto de lei.

O CRP de São Paulo não é favorável a esse PL, porque um programa baseado em abstinência sexual não será efetivo e iremos continuar incidindo na irresponsabilidade do

Estado em relação a uma situação social e generalizada que acomete a vida das nossas crianças e das nossas adolescentes.

Nesse sentido quando vocês falam sobre a possibilidade de escolha, o que temos a dizer? O que significa escolher? Se de fato o nosso desejo é prevenir, nós defendemos a educação integral em sexualidade, isso significa: falar sobre sexo e não negá-lo. E falar sobre sexo para meninas, para adolescentes mulheres, significa falar sobre abuso sexual, falar sobre consentimento e não consentimento, falar sobre buscar ajuda, falar sobre métodos contraceptivos, domínio nas relações de gênero, doenças sexualmente transmissíveis.

Escolher esperar. Gente, da maneira que isso está sendo colocado, invisibilizando a própria realidade, significa incidir na culpabilização das mulheres em relação ao abuso sexual que elas sofrem. Isso irá inibi-las no momento de elas sentirem qualquer necessidade de buscar ajuda, elas serão inibidas. Isso irá invisibilizar toda dominação que recai sobre o corpo de nós mulheres. E mulheres eu digo: mulheres crianças, mulheres adolescentes e mulheres mais velhas. Isso irá invisibilizar essa situação.

E a partir dessa perspectiva, sim, moralizante da abstinência sexual, nós iremos incidir na negligência e na irresponsabilidade do Estado perante uma questão, que é a questão de todos nós.

Muito obrigada. O CRP, Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, é terminantemente contra esse PL.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** - Com a palavra a Sra. Maria Jocelina de Azevedo Pires Barreto Fonseca.

**A SRA. MARIA JOCELINA DE AZEVEDO PIRES BARRETO FONSECA** - Boa tarde a todos. Sou munícipe, eleitora, mãe de cinco adolescentes e trabalho com Educação. Eu teria muito a argumentar como profissional, sou enfermeira da saúde pública. Trabalhei nos bairros de menores índices de desenvolvimento humano do mundo, não do Brasil. Trabalhei no Jardim Ângela, Jardim Coimbra, no meio das comunidades desorganizadas, com saúde da mulher, saúde do jovem, da criança. Então teria muito o que falar a favor desse projeto, a favor

da saúde. Muitas pessoas falaram muito bem como o Dr. Paulo, a Vereadora Rute, Rose, Elaine, Vereador Sansão, que ao invés de argumentar a favor, como eles, gostaria de falar contrária a algumas falácias que foram ditas aqui.

Em primeiro lugar gostaria de dizer que foi dito muitas vezes, argumentado contrariamente ao projeto, que o índice de gravidez aumenta a evasão escolar, que não adianta trabalhar com esse projeto, aliás, jamais adianta trabalhar com Educação Sexual sem que haja essa primeira etapa. Nós trabalhamos com saúde pública. Temos atenções de assistência: primeira, segunda e terceira.

A primeira atenção, prevenção primária à saúde pública de base que é educar e falar. Educar não pode ser coxa: andar com uma perna e a outra fica para trás. Tenho que falar todos os temas. Todas as situações e possibilidades para que o jovem possa escolher. Não posso falar só o que é da minha vontade ou da minha crença, aliás, foi muito citada religião aqui. Gente, queremos falar em nome da ciência, da biologia, da saúde pública. E os jovens precisam conhecer tudo, para poder fazer a escolha, assim como falo sobretudo com meus cinco filhos jovens com idade de 12 a 21 anos.

Segunda questão: O nome, o tema. A escolha, um projeto cristão. A escolha. O direito de escolher. Poder escolher. Olha, me desculpa. Acredito que todos aqui tenham o mínimo de cultura. Shakespeare para todos! Se a rosa tivesse outro nome, ainda assim teria o mesmo perfume. Não importa o nome do projeto. O que importa é o foco, a essência e a importância de dar o direito à escolha e à liberdade do bem a esses jovens. Não podemos mais educá-los em uma falsa educação da mentira e da ignorância.

Sr. Presidente, todo o restante já foi argumentado. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** - Com a palavra a Sra. Nathália Prado, que chamei anteriormente, mas estava ausente.

**A SRA. NATHÁLIA PRADO DE ANDRADE** - Boa tarde a todos. Sou a favor do projeto. Entendo que um dos principais argumentos do feminismo é a falta de informação sobre a sexualidade aos jovens podendo, assim, ocasionar uma gravidez não planejada. E para

essas pessoas, a gravidez nessas condições, deve ser tratada como um caso de saúde pública, sendo função do Estado garantir a interrupção desta, visto este, o Estado, tenha trabalhado no âmbito educacional.

Estamos aqui, justamente, tratando de uma semana com enfoque na conscientização da gravidez precoce, buscando solucionar parcialmente, talvez esse argumento de ausência do conhecimento. Aqueles que se colocam contra o projeto defendem que falar sobre responsabilidade sexual jovem é impor valores morais e religiosos. Eu digo que não! Defender a vida sexual tardia é a forma mais eficaz de se prevenir uma gravidez não planejada na adolescência, uma vez que todos os métodos são falhos, e a infância, a adolescência não é o momento propício para uma gestação. Não adianta defender medidas utópicas, quando ainda não há maturidade, quando não existe o senso de que toda escolha produz resultados desconhecidos que devem ser assumidos. Não estamos aqui defendendo um Estado com papel totalitário, de represália, uma vez que os jovens vão continuar com a liberdade sexual deles, iniciar a vida sexual quando e como bem entender. Porém, dessa vez, com mais informação.

Os grupos que estão aqui se posicionando contrários ao projeto são os mesmos que clamam pelo aborto, que enxergam tal método como a melhor opção para uma gravidez não planejada. Esse ato sórdido assassina uma vida de forma cruel, no seu momento de maior vulnerabilidade, além de deixar cicatrizes na vida da mulher que decidiu por esse caminho. O fomento do aborto criou um mito da liberdade, de empoderamento feminino, mas trata-se do acorrentamento ao sentimento de culpa que seguirá com ela pelo resto da vida.

No final entendo que para grupos contrários ao projeto, matar um ser humano no ventre, é mais aceitável do que ensinar não ter pressa em iniciar a vida íntima, é uma opção viável, e isso é um retrocesso um desrespeito a nossa Constituição.

Uma sociedade que diz defender minorias, mas se nega a proteger a menor e mais vulnerável delas vive uma esquizofrenia de narrativas em que essa defesa se perde dando voz ao desespero em manter uma agenda ideológica que prega a libertinagem e a

irresponsabilidade, enquanto deseja um estado paternal que resolva suas más escolhas como, por exemplo, matar o seu próprio filho.

Esse projeto não é religioso, não é moralista, não fere a laicidade do Estado, não se trata de interferência estatal, não traz discriminação. Ele busca justamente fornecer aquilo que grupos principalmente feministas, das muitas que falaram aqui hoje, tanto solicitam, que é o diálogo e o acesso à informação.

Friso: não estou falando de direita ou de esquerda, estou falando de liberdade. Esse projeto é opcional e ser contra um projeto educativo é um ato autoritário que transforma seus críticos em juízes da razão. Respeitar e aceitar a divergência, no final das contas, é um ato democrático. Aproveito para fazer um adendo que como católica eu afirmo: não existe católico pelo direito de decidir. O catolicismo não é ideologia de gênero, não basta se sentir católico, precisa ter coerência naquilo que se defende. O verdadeiro católico é contrário ao aborto.

Obrigada, Felipe. Boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado Nathália. Tem a palavra a Sra. Ubimara. Muito bem-vinda, que bom que chegou a tempo.

**A SRA. UBIMARA DA SILVA DING** – Olá, boa tarde a todos e todas que estão presentes, agradeço a oportunidade e também a consideração do Presidente em ter renomeado as pessoas que caíram, mas que estão acompanhando desde o começo. A minha fala será breve e quero aproveitar a oportunidade para já, considerando que esse projeto não se trata segundo alegações, inclusive da pessoa que antecedeu a minha fala, de que não é um projeto ideológico, quero lembrar que esse projeto tem a sua raiz e ramificação dentro do Ministério da Mulher, enfim a Ministra da família, senhora Damares, já colocava esses itens dentro de um projeto macro. E esse tipo de projeto vem sendo estruturado de uma forma ideológica sim para que todas as escolas públicas tenham nas suas narrativas conceitos de moralidade que não estão relacionados com os conceitos de garantias de direitos.

Nós estamos falando de direitos para crianças e adolescentes em extrema

situação de vulnerabilidade social. Nós estamos falando de crianças que vivem nas periferias que não tem na sua grande maioria direito a escolhas. Nós estamos falando de poder incluir nos currículos nas escolas educação sim, orientação sim, prevenção sim, esclarecimento sim, que possam dar orientações às crianças de como elas podem se prevenir e inclusive se protegerem de assédios, violências sexuais, abusos dentro de suas famílias, dentro de espaços religiosos, dentro de espaços escolares, dentro de espaços fomentados por políticas e políticos.

Estamos falando de garantir a vida. Quem é que quer engravidar aos 11, 12, 13 anos, nenhuma menina quer. Nós estamos falando de educação sexual para que os meninos respeitem as meninas e entendam que, assim como eles tem irmãs, que não gostariam de ser abusadas, violadas, violentadas e estupradas, as outras meninas que não são suas irmãs, mas que podem ser suas primas, ou muitas vezes, as irmãzinhas que são abusadas, também não gostariam. Que menina que gostaria de ter o seu corpo violado ou violentado por tio, avô, por irmão mais velho, nenhuma.

Então, quando se fala de educação sexual, quando se fala de orientação, de prevenção, eu trabalhei, tive a oportunidade de estar ao lado da Doutora Albertina, de estar ao lado de missionários e missionárias de diferentes denominações religiosas que trabalharam em conjunto para orientação e esclarecimento do que é uma prevenção, do que é uma prevenção de gravidez precoce.

Eu gostaria muito que esse projeto de lei pudesse pautar a liberdade no sentido de informação, formação, sem viés ideológico, e concluo dizendo: é extremamente importante que se respeite a legislação que está aí preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA. E é importantíssimo que se ouça educadores, professores e pessoas que estão livres da ideologia, da questão das religiosidades, simplificadas e intrínsecas dentro das diretrizes desses projetos. Moralidade é uma questão que deve ser tratada com muito cuidado. Educação tem de ser ampla e irrestrita, esclarecedora e respeitosa.

Obrigada pela oportunidade de falar e falo enquanto educadora, mulher, que luta

pelos direitos e garantias de direitos e por políticas públicas assertivas que acolham a todos e a todas e não direcionadas para uma camada apenas da sociedade, que talvez tivesse o direito de escolher quando manter a sua primeira relação.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado pelas palavras Sra. Ubimara. Assim desta feita fico com muito orgulho, conseguimos ouvir todos os munícipes para falar, alguns ausentes, mas cumprimos o cerne da discussão, que é audiência pública, dar voz ao público para que o público se manifeste e não fique numa conversa só entre legisladores. Estamos perto da nossa finalização e vou passar a palavra para Vereadora Juliana Cardoso, que não se pronunciou na hora que eu chamei os membros da Comissão, por problemas de conexão, mas agora já se restabeleceu. E depois eu passo para considerações finais, a respeito do projeto de lei do Vereador Rinaldi Digilio.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Boa tarde a todos e todas, público que nos assiste na TV Câmara. Esse debate é a segunda audiência pública para esse projeto de lei do Vereador Rinaldi Digilio. Acompanhei muitas falas, na medida que fiquei um tempo sem a conexão, mas eu consegui entrar em determinado momento e escutei principalmente os munícipes.

Primeiro eu queria falar para senhoras e senhores que acham que nós somos contrários à educação e a orientação para os nossos jovens, vocês estão equivocados nesse sentido. Quando estamos falando sobre esse tipo de projeto de lei, que não está escrito, nem para o bem e nem para o mal, porque, por exemplo, não traz a questão da sexualidade, o esclarecimento da educação da sexualidade e não traz o esclarecimento do uso de anticoncepcional, por exemplo, e outros atores, deixa aberto.

Eu já não estou aqui há tão pouco tempo, eu já estou no meu quarto mandato, sou Vereadora feminista sim, e não tenho nenhum problema de ser feminista, e quero dizer que por ser feminista não quer dizer que sou uma bruxa que vai ser colocada para ser queimada. Estamos aqui para poder dialogar e falar sobre o direito das mulheres, que muitas de vocês aqui equivocadamente colocam como se fosse uma pauta, ou uma ação, ou uma informação

errada.

Esse projeto vem vinculado a uma relação de religiosidade sim, é um projeto que já dialoga com o projeto da Ministra Damares e, mesmo que a senhoras e senhores não concordem, e aí é um direito de cada um de vocês, vocês precisam fazer uma pequena pesquisa. E essa pequena pesquisa vocês vão ver em primeiro plano que vem da religião, principalmente Evangélica. Não que a Igreja Católica também não o faça por alguns outros caminhos.

Eu queria também dizer que esses fatores não estão dialogando de fato com as políticas públicas. Alguém aqui de vocês se perguntou se já existe algum tipo de projeto ou serviço e se ele está funcionando no município de São Paulo? Algum dos senhores e senhoras Vereadoras que vieram aqui, achando que somos contrários à educação para relações dos nossos adolescentes foram olhar no Orçamento e enxergaram se essa política estava ou não avançada?

Eu participei da CPI das mulheres e há muito que temos debatido e falado sobre projetos que estão vinculados à educação para os nossos jovens, para os adolescentes, e eles não conseguem sair do papel, em diversas Secretarias. Esse tipo de política não pode ser vinculado a uma Secretaria só, tem de ser vinculada à Educação, à Saúde, à Assistência Social, até porque necessitamos que essas informações sejam dadas para que possamos evitar o estupro, por exemplo, para as meninas e meninos ficarem sabendo quando estão sendo abusados, ou o início do abuso sexual. Isso em nenhum momento foi falado aqui.

Infelizmente o isolamento social fez crescer a violência sexual contra meninas e meninos no Brasil e essa evidência é muito cruel. O fato é que ela perpetua... (Falha na transmissão) Precisamos ver esse sistema que está cortando o microfone.

Quando falamos que temos de reconhecer a subnotificação, um estudo no Ministério da Saúde revela uma significativa preocupação com o número de gravidez decorrentes de abusos sexuais de meninas adolescentes. Das 49 mil notificações de estupros, entre 2012 e 2016, 19% tiveram mais de um filho nascido vivo. Nesse período 68% dos casos

de estupro foram de adolescentes na faixa de 10 a 14 anos, com filhos nascidos vivos, e o autor é familiar, é o parceiro íntimo e adolescentes de 15 e 19 anos estão numa situação que ocorre a 37% dos casos. Nós estamos falando, senhoras e senhores, de adolescentes que têm filhos dos seus pais, dos seus avós, dos seus padrastos, dos seus tios, dos seus irmãos. É disso que estamos falando.

Então, a educação sexual tem de entrar também. Ela não está lá, sabe por que que não está lá? Porque foi a mesma defesa que infelizmente setores religiosos colocaram no Plano Municipal de Educação. Vocês se confundem, porque no Plano Municipal de Educação não pode ter estupro, não pode ter formação, não pode ter informação sobre a relação de gênero, sobre a relação de sexualidade, mas agora para colocar esse projeto em prática pode. É sim uma citação para abstinência. Aí vocês querem que tenha o estudo. Aí vocês acham que serve a relação de que as pessoas precisam ter clareza.

Volto a dizer: eu não estou aqui falando sobre a gente não falar sobre o enfrentamento relacionado a gravidez na adolescência. Não coloquem palavras na minha boca, eu estou dizendo que a falta de informação e a ideologia, que tanto vocês falam que nós feministas temos, é colocada nesse projeto de lei, como a escola sem partido e como a relação de gênero.

Então, nobres Vereadores e Vereadoras, eu tenho muita clareza do projeto de lei. Eu li esse projeto de lei do começo ao fim, para quem acha que eu não li ou quem fica falando, no *chat*, que eu não estou acompanhando. Saibam que eu fui uma das Vereadoras que mais falei com o Vereador Rinaldi Digilio sobre esse projeto.

Então, eu queria só entender, mais uma vez, com o Vereador Rinaldi Digilio. S.Exa. coloca o projeto, a princípio, como um dia a escolher esperar, o dia do escolhi esperar. Só que, no substitutivo que V.Exa. coloca, muda-se para um programa Escolhi esperar. Então, a gente vai ter pontos de interrogação aí na relação legislativa, porque V.Exa. muda completamente o projeto de lei; e isso vai ser um debate que nós vamos querer fazer com V.Exa. e com a Procuradoria da Câmara, que nos acompanha com muita presteza sempre, para poder falar

sobre isso.

Então, muitíssimo obrigada pela oportunidade de fala. Perdoem-me as pessoas que ficam zombando não só de mim, mas de outros tantos Vereadores no *chat* desrespeitosamente, porque aqui a gente não está desrespeitando ninguém. Nós estamos fazendo um debate de ideias, e esse debate de ideias precisa ser sim também respeitado pela diferença de pensamentos.

Muitíssimo obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Nobre Vereador Rinaldi Digilio, vamos finalizar com V.Exa. dando seus esclarecimentos finais, com uma breve fala de cinco minutos.

Parabenizo a todos pelo debate. Depois eu formalizo aqui o encerramento.

Tem a palavra o nobre Vereador Rinaldi Digilio, para fazer as suas considerações finais dessa segunda audiência pública em relação ao seu projeto de lei.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Sr. Presidente, primeiramente quero agradecer a condução dos trabalhos. V.Exa. tem conduzido o trabalho de maneira bem democrática, e tem sido justo com o tempo e com as participações. Então, queria agradecer a forma como V.Exa. tem presidido essa audiência pública. Também quero agradecer todos os Vereadores, todos os profissionais, todos os convidados e todos aqueles que se inscreveram nessa audiência pública, para debater, aqueles que foram a favor e os que também foram contra. Tenho muito respeito por todos os Vereadores, inclusive aqueles que são contra esse projeto de lei

Quero dizer que é um projeto muito simples. Ele fala só de educação e de conscientização e prevenção; e, nessa palavra, pode-se abranger todo tipo de método contraceptivo. Então, eu até fiquei alardeado, fiquei assustado ao ver uma briga tão grande por causa de um projeto tão simples, que fala apenas em conscientização. Então, cada profissional da Saúde vai conscientizar da maneira que assim é orientado pelo Ministério da Saúde.

Agora o que eu percebo é que houve uma mistura entre quem escolhe esperar e quem não escolhe esperar. Quem não escolhe esperar é o abusado, é a vítima da violência familiar; e eu sou totalmente contra, eu sou totalmente contra o estupro, eu sou totalmente

contra a violência doméstica. Alguém que viola uma criança tem que pagar de forma séria. Aliás, eu vi muita gente falando sobre religião aqui, e, na religião que eu professo, sigo as orientações de Jesus. E Jesus diz que aquele que faz desvirtuar um pequeninho é melhor amarrar sua cabeça numa pedra e jogar num rio. Então, Jesus é contra quem viola a criança, e eu também sou contra. É um direito que eu tenho, como parlamentar, e aquelas pessoas que eu represento.

Então, eu ouvi aqui progressistas falando sobre direito sexual. E até onde vai o direito sexual? Um adolescente tem direito sexual? Tem. E uma criança tem direito sexual? Espera lá. E aí a gente vai entrar em questões como pedofilia e como abuso. Então, eu quero deixar bem claro aqui que esse projeto é para conscientizar aqueles jovens que acham que participar de um pancadão de uma roleta russa do sexo é algo normal. Daqui a pouco, ela vai ser engravidada e não sabe quem é dos seis rapazes quem engravidou, não sabe quem é o pai da criança.

Então, o que custa esse projeto orientar e falar o seguinte: "Olha, será que chegou a hora da sua maturidade sexual? Não é bom esperar um pouco?" É só essa questão. Então, eu quero deixar isso muito bem claro.

E também quero aqui me dirigir a respeito do que a Sra. Ubimara, que falou na última audiência. A Vereadora Juliana Cardoso falou sobre a Ministra Damares. A Ministra Damares, a partir de agora, tem o meu respeito total, porque se S.Exa. está querendo colocar um projeto como esse a nível federal, fico muito feliz, porque eu acho importante que essa iniciativa, no município, também seja uma iniciativa em todo o Brasil. Então, eu fico muito feliz, e eu considero a Ministra Damares uma boa Ministra. Nós temos a origem na mesma igreja, na mesma denominação; e eu acabei saindo dessa denominação, mas a Ministra Damares tem o meu respeito, justamente por poder lidar com um assunto tão importante quanto esse.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de mencionar aqui que foi falado muito sobre conscientização. É isso que o projeto coloca: conscientização e educação. Então, eu queria aqui deixar também a fala de uma das pessoas, que disse que esse projeto recebe

recursos do dinheiro do exterior. Isso é uma grande mentira. Disseram que quem é interessado nesse projeto são os Pastores, são pessoas que estão de olho no dinheiro. Então, olha, eu fico assim envergonhado por posicionamentos como esse; mas fico feliz porque creio que a grande maioria entendeu o espírito do projeto. Eu não vou dizer o nome aqui, mas até um amigo da oposição, que geralmente a gente está sempre em lados opostos aqui, no parlamento, disse para mim: "Digilio, eu li para ver se havia alguma pegadinha nesse projeto, porque vindo de V.Exa., vai haver pegadinha". S.Exa. disse assim porque as nossas ideologias aqui dentro são totalmente diferentes. S.Exa. falou: "Eu li, reli e não vi nada de diferente". Quer dizer, esse projeto tem sido questionado com certa maldade. Então, eu gostaria que todos pudessem ler e reler o processo.

Eu quero aqui também agora me dirigir aos demais Vereadores, caso não fosse apreciado pelos demais Vereadores da Casa. Eu sei aceitar e sei prosseguir com vitórias e com derrotas, mas esse projeto é dotado de uma boa intenção, muito grande.

É claro que quem tem uma ideologia muito progressista não vai entender esse projeto e vai encontrar coisas que não estão escritas nesse projeto.

Respondendo à questão da Vereadora Juliana Cardoso, sobre se o projeto é um dia, uma semana ou um programa, já disse, na semana passada, e vou dizer novamente que esse projeto começou com uma semana e a Procuradoria... Eu creio que a Prefeitura achou interessante transformar isso num programa. Então, agora eu creio que vai ser um grande debate entre os Procuradores da Casa e a gente vai prosseguir daqui por diante. Estamos aqui complementando essa segunda audiência.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Nobre Vereador, V.Exa. só pode me informar qual foi a secretaria que pediu para que V.Exa. mudasse para a semana, para o programa "Escolhi pode esperar?"

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Nobre Vereadora, se V.Exa. gostaria também de mudar o nome do nome, a gente pode mudar.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Nobre Vereador, é que eu me confundi mesmo. Perdoe-me.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Se V.Exa. quiser mudar, por exemplo, para o nome de chegou a hora, vale a pena ou seja lá o que for, essa concessão pode ser feita por meio de um substitutivo; mas, como fonte primária, como prevenção primária, esse é o intuito do projeto.

Então, eu enviei à Prefeitura, à Casa Civil e, em a Casa Civil vendo e conversando, passaram para nós aqui como um programa. OK?

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Está certo. Obrigada.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Obrigado, Sr. Presidente.

Então, eu termino aqui a minha fala e agradeço a todos, os prós e os contras.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Dessa feita, a gente termina aqui a sequência programada. Modéstia à parte, sinto-me realizado por ter feito uma audiência pública de tanta qualidade. O que quero dizer com isso? Em as pessoas respeitando espaço uma das outras e ninguém tendo a fala cortada. Faço aqui uma declaração de alegria pessoal, por ter conduzido dessa forma; e claro agradeço os elogios de todos os Vereadores, exceto ou outro; porque a gente traça uma audiência pública no sentido principal dela, que é dar audiência ao público, ouvir as pessoas, os eleitores e as pessoas que vão usufruir das leis que tanto pensamos em fazer aqui. E quando a gente estabelece um tempo prévio, a gente sabe que vai haver intercorrências, a gente sabe que vai haver outras opiniões e a gente sabe que vai haver ausências.

Então, a gente procura lidar dessa forma, uma forma mais isonômica possível, e hoje a gente conseguiu. Às vezes, de repente, para infelicidade de alguns, controlar isso de uma forma muito bacana, ao passo que começamos às 11h, 11h10 da manhã, e agora, dez minutinhos faltando para a nossa sessão ordinária, nós terminando ouvindo todo mundo que tinha que falar.

Não vou me furtar em dizer que geralmente as pessoas que mais tentam polemizar são aquelas que mais hoje inclusive falaram; e eu fico muito, muito feliz com isso.

Sobre deselegância e sobre passar o bastão, como foi dito, no começo da audiência, eu acho que esse trabalho, essa audiência mostra a organização dessa comissão, tudo que estamos fazendo, todas as fiscalizações que estamos fazendo. E talvez se eu pudesse voltar - acho que não tenho essa gravação feita - eu gostaria de saber se, no primeiro mandato de uma pessoa veterana, S.Exa. teria culhão para conduzir essa comissão, além do trabalho legislativo, além de uma carreira pública já há mais de dez anos também em outra área da Segurança Pública e principalmente tocando uma causa social, que me toma 100% do meu tempo, além de Vereador.

Então, agradeço a todos que participaram.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Pela ordem.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Sr. Presidente, quero só agradecer aqui às Vereadoras Juliana Cardoso, Elaine do Quilombo Periférico, e os Vereadores André Santos, Sonaira Fernandes, Rute Costa, Sandra Tadeu, Luana Alves, Sansão Pereira e Alfredinho, que se manifestaram nessa audiência. Quero agradecer a todos os Colegas aqui desta Casa, os convidados e também agradecer aqueles que participaram de forma aleatória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Inclusive, nobre Vereador, até respondendo uma fala indireta da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico sobre aborto e palavras nesse sentido, de arrasta para cima e tal, é, com muito orgulho, eu informo a V.Exas. que essa audiência teve muito mais espectadores, graças as minhas redes sociais, porque eu coloco propositalmente palavras gatilho, para que as pessoas se sintam atraídas a assistir ao debate, e graças aos meus *stories* de arrastar para cima, muitas pessoas puderam ouvir as Vereadoras Elaine do Quilombo Periférico e Juliana Cardoso e o público, podendo participar.

Então, eu, como pessoa, sinto-me feliz. Eu, como Presidente da Comissão de Saúde, sinto-me realizado e eu acho que assim a gente consegue caminhar de uma forma que realmente represente o nosso trabalho legislativo e não uma questão de palanque político, de se preocupar.

Inclusive, nobre Vereadora Juliana Cardoso, fico muito feliz que foi retomado o seu sinal, não agora quando participou, mas antes, porque estava postando, quando disse que não havia sinal. Então, agora eu fico muito feliz que a gente conseguiu dar vistas a V.Exa. e a todo mundo que quis falar.

Então, assim acho que a gente consegue atingir todo mundo. Eu fico muito feliz com essa audiência, de extrema qualidade.

Nobre Vereador Rinaldi Digilio, desejo sorte ao seu projeto de lei e à condução do seu projeto de lei, caso seja aprovado. Agora na Comissão de Saúde, nós cumprimos essa expectativa.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem. Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Então dessa forma...

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – É para gravar essa parte, nobre Vereadora?

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Pode ser, pode ser.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Ah, mas só muda aqueles óculos de sol no final, que ficou um pouquinho cafona. Hoje em dia, não se usa mais óculos...

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Eu só queria dizer para V.Exa. que não precisa ser desrespeitoso.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Eu não fui desrespeitoso.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Não precisa ser desrespeitoso. Não precisa falar palavras como V.Exa. acabou de dizer neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – V.Exa. foi uma das Vereadoras que mais falaram, V.Exa. e a Vereadora Elaine.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Eu pedi a palavra, pela ordem, mais de uma vez, e V.Exa. não me deixa concluir a palavra. E a gente está nesse lenga-lenga já há muito tempo. Então, quando eu preciso ser firme, quando eu preciso falar forte, ou quando eu preciso ser a

louca, como V.Exas. mesmo colocam, é exatamente porque gestos como V.Exa. está fazendo...

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Ninguém falou que V.Exa. é louca. Eu não falei.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – É um gesto como V.Exa. está fazendo que corta a palavra das mulheres. Então, eu só preciso dizer para V.Exa. que V.Exa. pode presidir à vontade. Só seja respeitoso com as mulheres.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Eu estou sendo. Se V.Exa. me conhecer, inclusive como policial civil, fiz muito pelas mulheres na Delegacia.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Quando V.Exa. faz isso, infelizmente desconstrói a imagem.

Parabéns, parabéns, nobre Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari)** – Obrigado. Então, a audiência está cumprida. Desejo sorte a todos. Infelizmente a democracia e a isonomia não atingem, não satisfaz todo mundo; mas a gente fez um trabalho maravilhoso hoje; e assim a gente encerra os trabalhos.

Uma boa tarde a todos.